

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 050.2.53.O

DATA: 26/03/08

TURNO: Noturno

TIPO DA SESSÃO: Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 20h04min

TÉRMINO: 23h59min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 050ª Sessão, em 26 de março de 2008

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 20 HORAS E 4 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

- Arlindo Chinaglia
- Narcio Rodrigues
- Inocência Oliveira
- Osmar Serraglio
- Ciro Nogueira
- Waldemir Moka
- José Carlos Machado
- Manato
- Arnon Bezerra
- Alexandre Silveira
- Deley



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 486 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o partido.



O SR. RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei de acordo com a bancada.



O SR. DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (Bloco/PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PDT.



A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na última votação, votei com o meu partido.



O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LAERTE BESSA (Bloco/PMDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PMDB na última votação.



O SR. EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. PROFESSOR SETIMO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR SETIMO (Bloco/PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido.



O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. LUIZ FERNANDO FARIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ FERNANDO FARIA (PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. MAURÍCIO TRINDADE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURÍCIO TRINDADE (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (Bloco/PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve uma votação, na qual eu acho que não votei. Se tivesse votado, seria com a orientação do meu partido.



O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSDB pede a seus Deputados que não registrem presença até que se alcance *quorum*.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quando alguém falar ao microfone — todos são muito conhecidos — é bom dizer o nome, senão quando alguém for conferir não sabe quem registrou.



O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.



O SR. NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON GOETTEN (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como estamos em processo de votação, temos que aguardar o *quorum*. Enquanto isso, vou conceder a palavra para Breves Comunicações.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra à Sra. Deputada Luciana Genro.



A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 26 de março, é o aniversário de 236 anos da cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, quero fazer esta homenagem à cidade não apenas em relação a seu aspecto físico, mas também a seu aspecto humano, às pessoas que vivem e fazem essa cidade.

É uma cidade que preza a participação popular, a luta em defesa da justiça social e que, diante de tantas desigualdades, de tantos problemas que enfrenta, reage e busca uma alternativa.

Nós queremos que a cidade de Porto Alegre possa ter um futuro melhor para suas crianças, um futuro melhor para a juventude, que vem, uma parte significativa, sendo tragada pela violência. Nós queremos que Porto Alegre não figure mais como uma das Capitais onde mais homicídios acontecem. Nós queremos que Porto Alegre possa ser uma cidade em que haja real qualidade de vida para sua população.

Sabemos que isso não depende só de Porto Alegre, porque ela está inserida num país onde a violência cresce, onde a desigualdade social aumenta. Mas temos certeza de que é possível fazer mais por Porto Alegre, sabemos que é possível oferecer a Porto Alegre um caminho de mudanças, um caminho de resgate da qualidade de vida e de mobilização social para avançar. Trata-se de mobilizar seus habitantes para que possamos avançar em direção a conquistas importantes para a população de Porto Alegre.

O povo de Porto Alegre nunca se furtou à luta, nunca se furtou à mobilização, e este é um momento especial para que possamos mobilizar Porto Alegre em defesa da melhoria da qualidade de vida da sua população.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tentarei ver se todos os inscritos conseguem falar. Peço a compreensão de todos para que em 2 minutos encerrem. Haverá a tolerância mínima de praxe.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Deputado Colbert Martins havia aberto mão da palavra.

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade não sei se quem está assistindo à sessão de hoje está entendendo profundamente o que está acontecendo, porque nós votamos aqui muitas vezes na tarde de hoje e nesta noite, votamos várias vezes. Muitos colegas foram ao microfone e disseram que votaram com o partido. Mas na verdade, praticamente, não votamos ainda. Quer dizer, votamos somente 1 matéria, a medida provisória.

A população que nos assiste fica a se perguntar por que votamos estes requerimentos, os de leitura de artigo por artigo, na votação e na discussão; os de adiamento da discussão por 2 vezes ou por 1 vez; os adiamento de votação; os de retirada de pauta; os de quebra de interstício; os de comunicação de Liderança. Na verdade, nós que somos novos nesta Casa nos perguntamos isso.

Realizamos trabalho nas Comissões, nas audiências. Cito, por exemplo, o trabalho que está sendo feito sobre endividamento agrícola. Trabalha-se muito, mas aqui no plenário eu me pergunto se nos pagamos. Essa é uma preocupação.

Obstruir a votação é um direito da Oposição. Somos Maioria, mas levamos o dia todo praticamente para votar uma medida provisória. Então, estou preocupado com a nossa imagem no Congresso Nacional. Há várias medidas provisórias, várias matérias importantes, como a da reforma tributária. Queríamos discuti-la, mas, por causa das medidas provisórias, como não há entendimento entre as Lideranças, nós da Maioria ficamos aqui a ver navios.



Então, rogo a Deus para que ilumine os Líderes de todos os partidos, a fim de que entrem em um entendimento e possamos avançar nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Temos *quorum*.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Organização Mundial da Saúde definiu que 2008 é o Ano Internacional do Saneamento. Há 15 anos a Organização das Nações Unidas adotou a resolução que determina o dia 22 de março de cada ano como o Dia Mundial das Águas. Ambas as resoluções pretendem mostrar ao mundo a importância da água para nosso planeta. Portanto, março é o mês de preservação e valorização da água, e todos sabem de minha preocupação com o uso responsável da água.

Relembramos que, segundo a ONU, cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo sofrerão com a escassez de recursos hídricos até o ano de 2050. Sem água, nenhuma espécie vegetal ou animal sobreviveria. Essa é a grande preocupação da humanidade.

Um alerta precisa ser feito: o Brasil, com a maior reserva de água doce do planeta, ainda não se conscientizou da importância da água. Os brasileiros desperdiçam água em níveis alarmantes, jogando 80% dos seus resíduos em mares e rios, poluindo o meio ambiente. A situação do Brasil, que possui 12% da água doce existente no mundo, entrou novamente em debate por ocasião do Dia Mundial da Água, que este ano tem como foco questões relativas ao saneamento, principalmente nos países em desenvolvimento.

Um recente relatório da Organização H2C, que trabalha com a elaboração de estratégias para um uso mais racional da água, estabeleceu que cada brasileiro gasta, em média, 5 vezes mais água do que realmente precisa. Enquanto a



Organização Mundial da Saúde — OMS recomenda que cada pessoa utilize 40 litros de água por dia, no Brasil esse consumo é de 200 litros por pessoa, de acordo com o relatório da H2C.

Estudos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, formada por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname, Peru e Venezuela, dizem que a mineração ilegal utiliza entre 1 e 3 quilos de mercúrio para cada quilo de ouro extraído. E o pior: a Organização calcula que, nos últimos 50 anos, foram despejadas cerca de 1.300 toneladas de mercúrio no Rio Amazonas e em seus afluentes.

A Organização Mundial da Saúde revelou que 41% dos seres humanos não têm acesso a privadas ou a banhos com água corrente. Segundo a OMS, 2 bilhões e 400 milhões de pessoas no mundo carecem atualmente de saneamento básico. Quase metade da população mundial vive sem condições mínimas de saneamento básico. Outros 1 bilhão e 100 milhões não têm acesso a água tratada. Ressalte-se, ainda, que 70% das internações hospitalares estão diretamente relacionadas à falta de saneamento básico nos municípios.

Segundo a Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente, 80% dos resíduos industriais e mesma porcentagem de esgoto residencial que conta com redes de saneamento acabam no mar ou em rios, lagoas e mananciais. Para minimizar o problema, o Governo do Presidente Lula iniciou um ambicioso plano de infra-estrutura que prevê investimentos de aproximadamente 20 bilhões de dólares em obras de saneamento até 2010.

Os Governos Federal e do Estado do Ceará estão fazendo suas partes. O Presidente Lula garantiu 980 milhões de reais para investimentos em obras de



saneamento básico e urbanização de favelas no Ceará, beneficiando 500 mil famílias. Os recursos servirão para a recuperação ambiental das bacias dos Rios Maranguapinho e Cocó, o esgotamento sanitário na Região Metropolitana, incluindo a despoluição das praias, o abastecimento de água na região de Sobral, além da remoção de moradias de locais considerados de risco, como dunas, lagoas e beiras de rios.

Por meio de outro convênio, o Governo do Ceará e a FUNASA garantiram 14 milhões de reais para a execução de projetos de abastecimento e *kits* sanitários em assentamentos; a elaboração de projetos para abastecimento d'água e esgotamento sanitário nos municípios da bacia do Jaguaribe; despoluição de rios no Cariri e apresentação de estudo para viabilizar recursos para projetos nos Rios Maranguapinho e Cocó.

Com relação ao projeto de transposição de águas, Sr. Presidente, trago boas notícias: as obras do canal de aproximação e da barragem Tucutu, em Cabrobó, que ligará o Rio São Francisco às estações de bombeamento dos eixos Norte e Leste são executadas pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército. Segundo o Ministério da Integração, 18,65% já estão concluídos, com previsão de término para novembro deste ano.

O consórcio Águas do São Francisco já iniciou as obras do lote 1, que tem extensão de 39.128 metros. O restante dos lotes, com exceção do lote 9, está em fase de homologação, aguardando a ordem de serviço. O Ministério da Integração Nacional coloca em prática 36 programas que visam a eliminação, minimização e controle dos impactos ambientais provocados pela implantação e operação do empreendimento. No PAC estão previstos 226 milhões de reais para o atendimento



desses programas. E mais: as obras civis estão de vento em popa, a partir de Cabrobó.

Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco querem apenas 1,5% da água que é despejada no mar pelo Rio São Francisco. Esta Casa já aprovou projeto de nossa autoria criando um programa de revitalização do Rio Salgado, no Cariri, por onde passarão as águas do Rio São Francisco.

Encerro com uma frase incluída na Declaração Ministerial de Haia: *“Distribuir as águas com parcimônia e justiça é tão importante para o Estado quanto promover a justiça, quanto prover a educação, saúde e a segurança”*.

Muito obrigado.



O SR. SILVINHO PECCIOLI (DEM-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 26 de março, comemora-se o aniversário da emancipação político-administrativa dos Municípios de Barueri e Carapicuíba, situados na região oeste da Grande São Paulo.

Há 59 anos, o Município de Barueri conquistava sua emancipação. Sua história, no entanto, remonta à época das missões jesuíticas, em meados do século XVI. Segundo os historiadores, a origem da cidade foi o aldeamento de Barueri, fundado em 11 de novembro de 1560 pelo Padre José de Anchieta, que ergueu na margem direita do Rio Tietê, pouco acima da confluência com o Rio Barueri Mirim, a Capela de Nossa Senhora da Escada.

O nome Barueri deriva da mistura da palavra francesa *barrière* (barreira, queda, obstáculo) com o vocábulo indígena *mbaruery* (rio encachoeirado), significando, portanto, barreira que encachoeira o rio. Após se tornar uma das mais importantes aldeias do Brasil Colônia, Barueri ganhou, em 1875, sua primeira estação rodoviária, e foi incluída na rota obrigatória que ligava São Paulo às cidades de Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. Com o passar do tempo, Barueri foi ganhando destaque no Estado e finalmente, em 1948, foi elevada à condição de município, com a sanção da Lei nº 233, e, em 1949, elegeu seu primeiro Prefeito, o que caracterizou sua emancipação.

Atualmente, a cidade vive um momento extremamente favorável, com crescimento acelerado da sua economia, graças principalmente à infra-estrutura, construída e disponibilizada pelo Poder Público Municipal. Hoje, Barueri tem o segundo maior Produto Interno Bruto — PIB do Estado de São Paulo, fato que tem proporcionado avanços significativos em todas as áreas de interesse da população,



como cultura, segurança, saúde, esportes, meio ambiente, cidadania e educação. Barueri está entre os 10 municípios com maior crescimento populacional do Estado de São Paulo e conta com 252.748 habitantes.

A história de Carapicuíba também remonta à época do Padre José de Anchieta. Por volta de 1580, Carapicuíba foi uma das 12 aldeias fundadas pelo pároco para preservar a educação e a moralização dos silvícolas, protegendo-as da presença do homem branco. Em 1948, Carapicuíba foi elevada a categoria de Distrito de Paz, sendo desanexada do Município de Cotia, ao qual pertencia desde 1856, quando deixou de pertencer ao Município de São Paulo. Em 1949, integrou-se ao recém-criado Município de Barueri, como um de seus distritos.

A emancipação de Carapicuíba foi conquistada no ano de 1965, quando se tornou município. E hoje, 26 de março, comemora 43 anos de emancipação e possui população de 550 mil habitantes.

Parabenizo os Prefeitos Rubens Furlan, de Barueri, e Fuad Chucre, de Carapicuíba, por data tão significativa. Estendo minhas felicitações aos Presidentes das Casas legislativas, Antonio Furlan Filho, de Barueri, e Sérgio Fernandes Filho, de Carapicuíba, em nome dos quais homenageio os demais Vereadores. Congratulo-me, principalmente, com a população de ambos os municípios, por suas conquistas durante sua história e pelas muitas que ainda virão.

Muito obrigado.



O SR. ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa trazer uma informação cujos contornos são de denúncia.

Já tratei aqui muitas vezes da questão da malária na Amazônia, no Acre e, muito especialmente, na região do Vale do Juruá, de onde venho. Esta é uma cantilena de muitos anos, porque infelizmente somos campeões brasileiros dessa doença que desgraça, vitima e fragiliza a população, principalmente os mais pobres.

Há alguns meses, encaminhei ao Ministério da Saúde um requerimento de informações sobre os dados recentes de ocorrência de malária no Acre. A resposta foi que estavam em declínio. Confesso que não acreditei. Não poderia, pois semanalmente visito a minha cidade, Cruzeiro do Sul, e tomo conhecimento de que a malária continua em pleno vigor. Na verdade, praticamente não há domicílio na região que não tenha registrado casos de malária na família residente. Muitas vezes é a família inteira que sofre o contágio.

Pois bem, em janeiro deste ano, 11 agentes de endemia, servidores da Secretaria de Saúde do Estado do Acre, pagos com recursos da FUNASA, fizeram conjuntamente uma série de denúncias de descaso com a questão da malária. Segundo esses servidores, a Secretaria estava usando produtos com validade vencida no combate à malária e, ao mesmo tempo, fazendo subnotificação dos casos.

Por causa disso foram todos afastados, em janeiro, e uma sindicância foi aberta para apurar as denúncias. A população esperava que, com isso, a verdade viesse à tona.



Para espanto de toda a população, agora em março, sem explicações e sem resultado conhecido da tal sindicância, os 11 servidores foram sumariamente demitidos.

A população não compreende, não aceita. Não é possível que agentes com mais de 8 anos de serviço abnegado de combate à malária, em condições insalubres, com material escasso e baixo salário tenham sido descartados por falarem a verdade em defesa da população.

Uma coisa é certa. Se por acaso os dados da FUNASA e do Ministério da Saúde apontarem que a malária está diminuindo no Vale do Juruá, é porque estão recebendo informações falsas. Talvez seja a subnotificação dos casos. Digo isso sem medo de errar, pois conheço de perto a realidade local. Convivo com as pessoas mais humildes, os seringueiros, colonos e ribeirinhos. Ouço suas queixas. A malária está grassando na região do mesmo modo que no ano passado, e no outro, e no outro. Não há avanço no combate. Não há diminuição.

A tal sindicância que o Governo prometeu realizar, cujo resultado não foi divulgado, deveria dizer onde os agentes erraram, em relação a que estavam mentindo, mas não disse. Nada foi esclarecido. O resultado é apenas este: eles foram demitidos. O mosquito continua desgraçando a vida das pessoas. Não tenho dúvidas de que este ano seremos de novo os campeões da malária no Brasil.

Sr. Presidente, nos mesmos termos, faço esta reclamação leal ao Governo do Estado do Acre. Eu a farei por ofício ao Governo Federal e por correspondência ao Presidente da FUNASA.

Aqueles pobres servidores não podem pagar o preço da ineficiência no combate à malária.



Aliás, está aí a dengue no Rio de Janeiro, matando e debilitando pessoas de modo inaceitável. Excluindo as mortes, a mesma coisa ocorre em minha terra, com a malária. A população não agüenta mais. São anos e anos de incidência e reincidência da doença. Na hora de resolver, quem paga a conta é quem ousa reclamar.

Está na hora de dar um basta.

Muito obrigado.



O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Água, 22 de março, foi celebrado em todos os países, com ampla e oportuna divulgação de novos e importantes estudos e pesquisas sobre o preocupante estado de degradação dos recursos naturais no planeta Terra, ocasionado por fatores que precisam ser contidos antes que seja tarde demais. A continuar essa situação de irresponsabilidade, inúmeras regiões estarão sujeitas, no futuro, a colapsos nos sistemas de abastecimento d'água e de geração de energia. O mais preocupante é que não se trata de hipóteses: é a conclusão a que chegaram reconhecidas autoridades em questões hidrográficas.

A Organização das Nações Unidas divulgou o Relatório do Desenvolvimento Humano *A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*, em que há abundância de informações e advertências sobre as atuais condições das bacias hidrográficas de vários países. Segundo o relatório da ONU, o Brasil é um dos poucos países ainda com disponibilidade significativa de água para o atendimento das necessidades atuais de suas comunidades e de geração de energia. Mas esse documento da ONU chama a atenção principalmente para o fato de que essas disponibilidades não são suficientes para superar o desabastecimento a que estão expostas regiões sujeitas a grandes secas. Adverte, então, *“que as dificuldades ao acesso à água e ao saneamento encontram-se intimamente relacionadas às ainda maiores disparidades de oportunidades, a começar pela sobrevivência”*.

De acordo com estudos recentes, os sistemas de abastecimento dependem de um conjunto de fatores, peculiares a cada região, entre eles o rendimento médio,



a pobreza e o perfil econômico das famílias sem acesso a rede de água potável. As Nações Unidas recomendam um consumo mínimo de mil metros cúbicos por habitante ao ano, aí considerando água não só para beber, mas para todos os usos sociais e econômicos que podem proporcionar uma vida digna.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, atualmente milhões de pessoas no semi-árido nordestino sobrevivem com quantidade bem menor de água, ficando assim impedidas de desenvolver normalmente suas atividades, o que tem agravado a pobreza na região. Caso essa realidade não se altere, cerca de 17,5 milhões de nordestinos vão ter à sua disposição, nos próximos 20 anos, menos da metade do mínimo necessário.

Detendo cerca de 10% do total da água doce disponível no mundo, o Brasil está no topo dos países com maiores reservas naturais. Não podemos esquecer que somos também um país que convive com uma região sujeita a grandes secas, o semi-árido do Nordeste setentrional brasileiro, a chamada região do Polígono das Secas, com 940 mil quilômetros quadrados de extensão, abrangendo 9 Estados, e com milhões de pessoas sujeitas ao martírio da falta d'água quando ocorrem longos períodos de estiagem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Constituição Federal, em vigor desde 1988, estabelece que as águas, no País, têm duplo domínio: da União e dos Estados, o que, de certa forma, implica diferenças de procedimentos, tornando complexa e demorada a execução da Política Nacional de Águas.

À medida, porém, que a sociedade brasileira for conscientizando-se da magnitude das questões hídricas, irá percebendo o valor e a importância da água



para a melhoria de vida e que ela desempenha papel estratégico, e as mudanças de comportamento serão inevitáveis.

Mas, antes que isso venha a ocorrer, algumas medidas de fácil assimilação precisam ser consideradas, estimuladas e defendidas, como o controle do desperdício d'água, o reaproveitamento desse bem nas atividades industriais e a busca por fontes alternativas (aproveitamento da água da chuva). São medidas de fácil execução, que já produziram resultados significativos em algumas regiões, e que necessitam apenas de maior empenho governamental para se tornarem habituais, com benefícios, inclusive de ordem financeira, para todos. Campanhas educativas e esclarecedoras são, igualmente, aconselháveis, para que tenhamos, no Brasil, uma consciência sedimentada da necessidade do uso disciplinado da água.

A escassez d'água é uma realidade universal. Não sabemos o que nos reserva o futuro. Todos precisamos ter consciência de que a água é um bem essencial à vida. Um colapso das suas fontes geradoras seria uma tragédia mundial. Impõe-se, portanto, dar um basta às ações que vêm contribuindo para a degradação dos recursos naturais.

Ainda bem que, no contexto nacional, as elites pensantes do País e os meios de comunicação se têm mostrado atentos à gravidade da questão. Com essa compreensão, o Dia Mundial da Água no Brasil deixou de ser uma data a mais a ser comemorada para tornar-se a efeméride da união nacional, em defesa dos preciosos recursos naturais de que dispomos e do revigoração de nossas bacias hidrográficas.

Era o que tinha a registrar.

Muito obrigado.



O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa apresta-se para deliberar, proximamente, em torno do piso salarial destinado ao magistério médio e fundamental, antiga reivindicação da categoria, que caminha, agora, direcionada à sua concretização, após acolhida por parte do Senado Federal e sancionada, se vier a ser, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sempre sensível a pleitos desse jaez.

Nas Comissões Temáticas, a importante matéria chegou a ser chancelada, faltando, ainda, a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e a indispensável manifestação soberana do Plenário, sob as vistas atentas da prestigiosa e sofrida categoria.

Até hoje, a retribuição oferecida aos docentes se tem situado em patamares ínfimos, que exigem um reajustamento à altura da responsabilidade dos que ministram aulas diuturnamente, preparando a juventude e, também, os adultos, a enfrentar os desafios do cotidiano.

Simultaneamente ao trâmite da referenciada proposição, os aposentados mobilizam-se com vistas a que se lhes atribua, igualmente, a mesma vantagem, guardando compatibilidade com o que a Carta Cidadã preconiza em relação aos ativos e inativos do serviço público.

Na minha última permanência na unidade federada que aqui represento, recebi várias solicitações com tal objetivo, numa natural expectativa de que o Parlamento não permita a discriminação, garantindo, dessa forma, integral observância da norma vigente no Estatuto Básico, promulgado a 5 de outubro de 1988, tendo o inolvidável Ulysses Guimarães na condição de primeiro signatário.



Diante disso, senti de meu dever apelar às Lideranças da Maioria e da Minoria no sentido de que busquem, em ação suprapartidária, o indispensável nivelamento do piso salarial, sem marginalizar-se aqueles que, não mais integrando o serviço ativo, reclamam, com absoluta justeza, o reconhecimento do direito a que fazem jus, mesmo na inatividade como se encontram, após algumas décadas de serviços prestados à nobilitante atividade educacional.

Embora sem possuir competência regimental para exame de mérito, a Comissão de Constituição e Justiça, a que tenho a honra de pertencer, bem que poderia lutar tendo em vista impedir que a disparidade venha a prevalecer no texto final, a ser remetido à deliberação do Senado Federal, na condição de Casa revisora, dentro do bicameralismo prevalecente entre nós.



O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta quarta-feira, 26 de março, comemoramos o aniversário da Capital de todos os gaúchos. São 236 anos da fundação da cidade que acolhe milhões de porto-alegrenses, muitos dos quais gaúchos originários dos mais variados rincões do Rio Grande do Sul, que tiveram, como eu, uma oportunidade de desenvolver o seu trabalho, a sua vida em Porto Alegre. Dentre as diversas comemorações que acontecem na cidade, podemos destacar a 49ª Semana de Porto Alegre, que será desenvolvida de 24 até o dia 30, com a realização de atividades de lazer, meio ambiente, turismo, esporte e cultura.

Tive a honra de recentemente apresentar uma emenda ao orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, destinando 500 mil reais à Prefeitura de Porto Alegre. A iniciativa permitiu modernizar todos os 35 telecentros da nossa Capital e ainda criar mais 10 unidades. Ao todo, são 500 computadores atualizados para acesso gratuito pela população. Os telecentros estão distribuídos na região central, Humaitá/Navegantes/Ilhas; Noroeste; Leste; Lomba do Pinheiro; Norte; Nordeste; Partenon; Restinga; Glória; Cruzeiro; Cristal; Centro-Sul, Extremo-Sul; Eixo Baltazar e Sul. Com certeza, o acesso à informática e à Internet é uma questão de cidadania. Ampliar a inclusão digital é uma das prioridades do Governo Lula e uma das políticas sociais mais importantes do PSB.

Dentre os diversos projetos desenvolvidos na Capital dos gaúchos com recursos de minhas emendas individuais, posso também destacar o Hospital Parque Belém, que recebeu o valor de 100 mil reais para as obras de recuperação da fachada. Na Lomba do Pinheiro, destinei 250 mil reais para construção e aquisição de equipamentos para o Ginásio Poliesportivo. No esporte, estamos investindo por



meio da construção de 2 pistas de *skate*, em processo de licitação, sendo uma no valor de 150 mil reais, no Parque Marinha do Brasil, e outra no valor de 100 mil reais, para a Zona Sul.

Ainda existe o empenho, no Orçamento Geral da União de 2007, no valor de 200 mil reais para o Hospital Parque Belém, e são 70 mil reais para a farmácia pública regional do Partenon e Lomba do Pinheiro.

Para 2008, estamos engajados no desenvolvimento da cidade por meio da efetivação da duplicação da Av. Beira Rio, com recursos em torno de 2 milhões.

Também na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, está em fase final de construção o Centro de Excelência em Tecnologia Avançada — CEITEC, única unidade capacitada na América Latina para produzir circuitos eletrônicos, que poderão ser utilizados em segmentos de telecomunicações, informática, serviços e entretenimento. Isso é resultado de investimento pesado do Governo Lula, que coloca o nosso Estado na dianteira do setor de semicondutores. Agora, o CEITEC será transformado em empresa pública, por meio de projeto de lei enviado pelo Executivo e que está em tramitação nesta Casa. A intenção é fortalecer o CEITEC, tornando o Estado um pólo tecnológico. A medida vai assegurar ao órgão o repasse de recursos, garantindo mais investimentos em tecnologia da informação. Com a mudança, o CEITEC passa a fazer parte de uma política estratégica na captação de investimentos para o setor e receberá recursos diretamente do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Atualmente, Porto Alegre, que foi a primeira sede do Fórum Social Mundial, é uma referência da democracia participativa, da politização de seus cidadãos, preocupados com o zelo pela cultura política e com a forma de gerir a coisa pública



em nossa cidade. É importante consolidarmos os canais no município que visam permitir a participação da cidadania, de forma direta ou por intermédio da sociedade civil, no debate e na tomada de decisões sobre as políticas públicas desenvolvidas. É elogiável que, conforme estudo realizado no ano passado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diferentemente das demais Capitais brasileiras, Porto Alegre apresente segmentação social menos acentuada em seus bairros. A convivência de várias classes sociais no mesmo bairro propicia, segundo esse estudo, a ampla atuação e formação das associações de moradores. Os bairros mais ativos formam o porta-voz que acaba assumindo a figura de liderança. O desempenho competente dos líderes estabelecem uma salutar disputa política no cenário da cidade. Por isso, precisamos consolidar e ampliar os espaços políticos ocupados por pessoas que atenderam fielmente às suas comunidades. O carnaval da Capital pode ser citado como um referencial para as lideranças das associações de moradores, que, em bairros tradicionais, como a Restinga e a Zona Norte, levam a representação para a avenida, assim como a Semana Farroupilha, desenvolvida no Parque Harmonia, e a tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, que se realiza na Praça da Alfândega.

O centro de Porto Alegre é uma referência da grande maioria da população, sendo por isso merecedor de esforços maiores dos governantes para a implantação de uma nova vida no centro, com mais segurança.

Avanços no equilíbrio fiscal propiciaram à cidade ter condições de adquirir financiamentos externos para a execução de importantes obras na cidade. Some-se a isso o compromisso com a idéia de solidariedade, materializada com a realização do Fórum Social Mundial e a conquista de espaços de participação popular, que



compreendem toda uma rede de participação — conselhos escolares, conselhos gestores de unidades de saúde, conselhos setoriais e temáticos, os fóruns de planejamento criados pelo novo Plano Diretor, conselhos populares em diversas regiões da cidade, Congressos da Cidade, Conferências Municipais (criança e adolescente, esportes, meio ambiente, cultura, direitos humanos, etc.), conselhos tutelares. São importantes avanços que precisam ser aprimorados cada vez mais.

Contudo, a nossa Capital apresenta muitos desafios. Falta de uma política clara de desenvolvimento econômico, de geração de trabalho e renda. Há limitação na política de assistência social que permita estabelecer uma rede de inclusão social eficaz, objetiva, controlada, clara; necessidade de aprimoramento do processo de participação popular; necessidade de qualificação nas prestações dos serviços. Planejamento urbano, habitação, saneamento, o trânsito em uma cidade que cresce rapidamente, todos esses são desafios para uma metrópole de 236 anos que reafirma, constantemente, seus direitos, à qual rendo minha homenagem. Coloco-me, no caso, como um agente, um colaborador, para superarmos os desafios e obtermos mais conquistas para toda a sua população.

Muito obrigado.



O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em audiência na Câmara dos Deputados, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, defendeu a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores mantidos em condições análogas às da escravidão. O Ministro disse que, se ficar comprovado que o trabalho escravo é recorrente na propriedade, ele se torna totalmente favorável à sua expropriação.

A preocupação do Ministro Carlos Lupi é também nossa, tanto que no ano passado tive a oportunidade apresentar o Projeto de Lei nº 828/07, que trata exatamente desse assunto. Nossa motivação foi simples, Sr. Presidente. Não é possível que, em pleno século XXI, ainda haja trabalho escravo. O pior é que as notícias são de que está crescendo exorbitantemente o trabalho escravo.

O PL que apresentei partiu de uma indignação com esses fatos e, sobretudo, do princípio constitucional que o Estado brasileiro adotou como um dos seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana. Está lá, Sr. Presidente, no art. 1º, inciso III, da Carta Magna.

Nessa senda, o art. 5º, inciso III, da Lei Maior, estabelece que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Outrossim, Sras. e Srs. Deputados, veda qualquer forma de trabalho forçado, pois o repele inclusive como pena, conforme o art. 5º, inciso XLVII, alínea c.

Além disso, Sr. Presidente, o art. 29 do Código Penal brasileiro preceitua que o trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da previdência social. Também o art. 149, do mesmo Código Penal, tipifica como crime contra a liberdade pessoal reduzir alguém à condição análoga à de escravo, punindo o responsável com pena de reclusão de 2 a 8 anos.



Sr Presidente, dessa forma, não resta qualquer dúvida sobre o repúdio do Estado e da sociedade brasileira a qualquer forma de escravidão. Não obstante, é forçoso reconhecer que essa prática que afronta a dignidade do ser humano é, ainda hoje, praticada de forma transversa em nosso País. E, se o Código Penal prevê a punição criminal de agente que sujeitar outrem à condição análoga à de escravo, em nosso entender é preciso que sejam criadas, também, formas de punição civil que alcancem os responsáveis por esse delito ignominioso.

Nesse ponto, caros colegas Parlamentares, devemos fazer nova referência à Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que estabeleceu, no seu art. 243, a expropriação, sem qualquer indenização ao respectivo proprietário, das terras onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Sr. Presidente, parece-nos que, sem dúvida, tal medida expressa o repúdio que o Estado e a sociedade brasileira expressam pelo narcotráfico, que tantos males tem provocado. E é certo que a rejeição dos brasileiros à escravidão não é menor que a sua rejeição ao narcotráfico.

Dessa forma, Sr. Presidente, a nossa intenção foi a de estender para as glebas que sejam exploradas mediante trabalho escravo a espécie de expropriação que a Constituição Federal prevê para as glebas onde haja cultivo ilegal de plantas psicotrópicas.

Ressalto, desta tribuna, Sr. Presidente, que nos embasamos na jurisprudência para definir o que é trabalho escravo, ou análogo, sem excluir outros procedimentos que possam ser característicos. Além disso, propomos que as glebas expropriadas sejam destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária, medida que nos parece de justiça social.



Sr. Presidente, a propósito, recordamos aqui que o art. 186 da Constituição prevê como um dos requisitos para que a propriedade rural cumpra a sua função social a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores e proprietários.

Portanto, depreende-se que a propriedade rural que não observar as disposições que regulam as relações de trabalho, e cuja exploração não favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, não cumpre a sua função social. Pode, portanto, ser passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

De outra parte, a nossa proposta respeitou o princípio da razoabilidade. Assim, a expropriação recairá sobre as glebas que sejam exploradas mediante trabalho escravo, ou análogo, e não necessariamente sobre a totalidade da propriedade, incorporando, assim, o que a jurisprudência e a doutrina definem para o caso previsto no art. 243 da Constituição Federal.

Além disso, estamos respeitando o princípio constitucional de que ninguém perderá os seus bens sem o devido processo legal, fazendo remissão ao procedimento judicial adotado na Lei nº 8.257, de 1991, para definir que o expropriado poderá apresentar a sua defesa com todas as garantias.

Sr. Presidente, dados que a imprensa tem divulgado exorbitantemente dão respaldo a essa nossa preocupação. E o pior disso tudo é que a região amazônica é o lugar onde há mais casos de trabalho escravo. Só no Pará, o grupo de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho e Emprego encontrou, no ano passado, 1.947 pessoas em condições de escravidão.

Em todo o País, os fiscais libertaram, com a ajuda da Polícia Federal, 5.877 pessoas em condições degradantes — é a maior quantidade de trabalhadores



resgatados em 12 anos de criação do grupo. Mato Grosso do Sul foi o segundo colocado em trabalho escravo, com 1.634 casos. Em 2006, foram 3.414 pessoas libertadas.

De 1995 a 2007, Sr. Presidente, o grupo já libertou 27.645 trabalhadores. Além disso, 27.101 empregados tiveram sua Carteira de Trabalho assinada sob força da ação fiscal. As ações resultaram ainda no pagamento de mais de 38 milhões de reais em indenizações, num total de 621 ações realizadas e mais de 18 mil autos de infração lavrados.

São dados que chocam a todos, Sr. Presidente. É preciso dar o basta a essa situação.

Sr. Presidente, meu projeto ficou parado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, nem sequer foi apensado a outros semelhantes que tramitam nesta Casa. É por isso, diante de tudo o que expus, tendo em vista a altíssima relevância social da proposição, que peço apoio dos nobres colegas para a aprovação desse projeto de lei.

Eram essas as considerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A lista de presença registra o comparecimento de 278 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

Medida Provisória nº 405-A, de 2007

(Do Poder Executivo)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 405-A, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$5.455.677.660,00, para os fins que especifica.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, a retirada da pauta da Medida Provisória nº 405/07, constante do item 1 da presente Ordem do Dia”.

Assina a Liderança do Democratas.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde, que falará contrariamente ao requerimento.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os democratas deveriam estar, neste momento, preocupados com a dengue na cidade do Rio de Janeiro, governada pelo Democratas, e não atrapalhando a votação na Câmara dos Deputados.

Evidentemente, o requerimento é protelatório, não visa a fazer enfrentamento sobre o mérito da questão; visa a criar dificuldade para a Câmara Federal.

Por essa razão, somos contrários ao requerimento porque ele não resolve o problema político do Parlamento brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, que falará a favor da matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos tentado elevar o debate a um nível mais alto, temos buscado o entendimento, o acordo, para a redação da proposta de emenda constitucional sobre a edição de medidas provisórias no Brasil. Temos buscado a discussão com idéias, com propostas de alto nível, mas, nas últimas horas, só temos sofrido aqui agressões, seja do Líder do Governo, seja de Parlamentares que vêm à tribuna.

Ora, estamos preparados para o embate. Este não é Congresso da Venezuela. Apesar de termos um “modelito” que tenta copiar Hugo Chávez no Brasil, aqui há Oposição. Sabemos exercitar a democracia.

E, quando nos agridem dizendo que a nossa postura é irracional, retribuo dizendo que a base do Governo é constituída pelo *Diário Oficial*, que a base do Governo é constituída por mensalão, que a base do Governo é constituída por fisiologismo. É isso? Então, vamos para o debate!

Quando falam da dengue, por que não falam desse Ministro banana da Saúde, que não vem aqui defender a lei complementar para podermos financiar a área da saúde? Onde está esse Ministro, que não decide, que não teve coragem de defender aqui a votação de uma lei complementar, para podermos aprovar o repasse de 10% da receita corrente bruta do País e aumentar em 17 bilhões de reais o Orçamento da Saúde?

Querem esconder agora a incidência de dengue no Estado de Mato Grosso do Sul, em proporções maiores — mas o Governador anterior era do PT; a mortalidade infantil, principalmente entre os índios, que quase foram dizimados no



Estado de Mato Grosso do Sul; a situação da febre amarela, que atingiu todo o Centro-Oeste; a tuberculose.

Sr. Presidente, V.Exa. é médico. O Brasil foi denunciado na Organização Mundial da Saúde como o país com maior incidência de tuberculose dos últimos anos, ganhando dos países da África!

Então, Sr. Presidente, que credibilidade têm os Parlamentares para vir aqui criticar um Prefeito que temos a honra de ter na cidade do Rio de Janeiro, referência de gestão, competência reconhecida em âmbito nacional?

O que envergonha este País é exatamente a postura submissa do Sr. Ministro da Saúde, que fica escutando ordens e determinações do Ministério da Fazenda. Precisaríamos ter no Ministério da Saúde alguém com coluna vertebral,...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para concluir, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO - ...que soubesse da importância que tem a Pasta que ocupa e que defendesse esse setor tão importante para a República.

Sr. Presidente, concluo pedindo apoio para o requerimento de retirada de pauta e o início da outra discussão.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Passamos à orientação de bancada.

Como vota o PSDB?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, os motivos já foram postos e estão claros no sentido de que precisamos construir uma agenda para o Congresso Nacional. Essa agenda do Congresso Nacional passa, principalmente, por abrir e votar os temas importantes para o País: saúde e segurança pública; projetos de mudança do Código Penal e do Código de Processo Penal; temas que permitam resolver o grave problema da saúde pública que vive hoje, por exemplo, o Rio de Janeiro; resolver demandas de regiões pobres, como o Nordeste do País.

Para isso, precisamos da pauta desobstruída. E a pauta desobstruída passa por negociação na qual temos o objetivo de garantir que não daremos sustentação à votação de medidas provisórias sem discussão ampla com os partidos que fazem oposição.

Vamos votar a favor do requerimento de retirada de pauta para preservar o nosso posicionamento político.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Democratas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, os democratas, cômicos da responsabilidade que exercem neste Parlamento, não apenas para fiscalizar as ações do Executivo como também para legislar, impõem que seja retirada esta matéria de pauta, no intuito de travarmos uma discussão de alto nível, para que tenhamos um encaminhamento correto não apenas das matérias a serem discutidas e votadas, mas também e acima de tudo da



questão principal, da questão nevrálgica que a medida provisória está impondo em relação ao perfeito e harmônico desenvolvimento das atividades no Parlamento brasileiro.

Daí porque achamos necessário que esta matéria seja retirada, para que encontremos o caminho do consenso, para que possamos discutir com a base do Governo e continuar no processo de busca desse entendimento. Não concordamos com o Governo quando usa e abusa da edição de medidas provisórias, inclusive em matérias orçamentárias, como é o caso da Medida Provisória nº 405.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, se conseguirmos encontrar uma alternativa para a tramitação das medidas provisórias, que é o que V.Exa. e o Presidente do Congresso Nacional querem, poderemos votar rapidamente as 19 ou as 20 medidas provisórias que estão na pauta. Numa semana poderemos votar todas.

A obstrução acontece por um fator político. Se encontrarmos alternativa, votaremos rapidamente. Aqui se demora a votar porque é preciso encontrar soluções para os problemas. E esse problema da tramitação das medidas provisórias, por mais que alguns achem que é um problema menor, de pouca importância — é preciso votar, carimbar as medidas provisórias do Governo sem nem considerar, nem avaliar a sua qualidade, a sua pertinência —, sobre ele temos de refletir e achar uma solução para aquilo que V.Exa. quer.

Enquanto não se acha — e este final de semana pode ser reflexivo para aqueles que estão impedindo isso —, encaminhamos pela obstrução. Então, encaminhamos “sim”, pela retirada de pauta da matéria.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Governo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o Governo vota “não”.

E chamo a atenção mais uma vez para a irracionalidade do nosso Regimento. Votamos todos esses requerimentos hoje à tarde. A Casa, por ampla maioria, disse que não quer retirar esta matéria de pauta, que quer votar e que tem pressa em avançar. Aí entramos numa sessão extraordinária no mesmo dia e temos de enfrentar mais 2 horas de obstrução irracional por parte da Oposição, que quer parar todas as votações.

Quero fazer um desagravo ao Ministro Temporão, um excelente Ministro da Saúde deste País (*palmas*), e pedir ao Deputado Ronaldo Caiado mais compostura, que faça o debate político em cima de idéias e não de ofensas pessoais.

O Governo vota “não”.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra de forma breve, como a do Deputado Henrique Fontana.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, tenho-me preocupado durante todo o dia de hoje em pedir um debate de alto nível. O Líder do Governo vem agredindo as Oposições em todos os momentos em que usa o microfone, tentando desgastar quando a Oposição propõe sentar-se à mesa de negociações e buscar um texto e um acordo, o que V.Exa. tem presidido muito bem e buscado nesses últimos dias.

Agora, é preciso entender que não vamos aceitar aqui agressão ao nosso Prefeito do Rio de Janeiro, uma liderança reconhecida, preparada e respeitada nacionalmente. Não precisa ocupar cargo de Presidente da República com indicação de Ministério, porque é capaz de ser eleito na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, aquilo que trouxemos aqui, do Ministro da Saúde, é exatamente o que pensamos. E, se quiserem levar o debate para esse nível, preparem-se, porque vai ser daí para a frente. O jogo será da maneira que V.Exas. quiserem.
(Manifestação no plenário.)

Não há dificuldade. A partir daí é que peço respeito, também recíproco. Não tentem nos agredir e querer esta contrapartida: que tenhamos postura de complacência.

Sr. Presidente, mantenho exatamente aquilo que disse há poucos minutos da tribuna.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - As opiniões estão dadas. Vamos em frente.

Para a orientação da bancada...

Antes, porém, quero informar ao Plenário — mais uma vez, é claro — que amanhã, às 9h, haverá sessão do Congresso Nacional, para a votação de vetos, como já amplamente divulgado pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho.

Para a orientação da bancada, Democratas.

A SRA. LUCIANA GENRO - O Democratas já falou.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas agradece a repetição da orientação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pela qualidade da orientação e pela inteligência da bancada do Democratas, sei que V.Exa. abriu mão.

Quem falta orientar? O Bloco/PMDB?

A SRA. LUCIANA GENRO - O PSOL.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco/PMDB vota “não” à retirada.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

PSOL.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, o PSOL vota “não”.

Entendemos que é necessário mudar o rito das MPs e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas impedir a Câmara de votar e de continuar analisando as matérias que estão em pauta não é o caminho, na nossa opinião, para



chegarmos a bom termo. É preciso que o Governo apresente uma proposta decente para o rito das MPs, a fim de que se possa sair deste impasse.

O PSOL vota “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vota “não”.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PR vota “não”.

PV.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PP, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PP, “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. JOÃO OLIVEIRA (DEM-TO.) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE.) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação concedida.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA.) - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente, para eles não correrem quando tiver de terminar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação conjunta.



O SR. LIRA MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas está em obstrução.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PPS e o Democratas, em obstrução.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB em obstrução.

Bloco, “não”.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PTB, “não”; PT, “não”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. ADÃO PRETTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito à Taquigrafia as palavras pronunciadas pelo Deputado Ronaldo Caiado, a fim de que possamos avaliar se há algum nível de ofensa, para que possamos tomar as providências cabíveis no caso.



O SR. JORGE BITTAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGE BITTAR (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Se tiver dificuldades, nas notas taquigráficas, ou se me derem tempo, repito novamente, Deputado. (*Apupos no plenário.*)



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para uma breve comunicação, concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, junto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, promoveu ontem uma audiência pública. Centenas de produtores rurais vieram de todo o Brasil, ansiosos e no aguardo de uma definição sobre problema que se arrasta há 1 ano.

Ontem, em reunião no Ministério da Fazenda, recebemos pela primeira vez uma proposta do Governo Federal: do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É extremamente importante aquilo em que se vem batendo nos últimos meses: os produtores rurais brasileiros estão contribuindo hoje... Entendam bem a cifra, Deputado Zonta, V.Exa. que é Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, e Deputado Valdir Colatto, da Frente Parlamentar da Agricultura: quem deu o superávit para o Brasil ter reservas de 180 bilhões de dólares foi o agronegócio. Os 212 bilhões de superávit dos últimos 5 anos possibilitaram ao Brasil ter hoje essas reservas cambiais de 180 bilhões de dólares. Portanto, é um setor que merece toda a consideração. E a despeito de estar produzindo índices de produtividade e de a produção ter aumentado grandemente nos últimos anos, o setor acumula dívidas de mais de 87 bilhões de reais.

Portanto, Deputado Ronaldo Caiado, é extremamente importante que esse setor, que dá tantas divisas para o nosso País, tenha a consideração,



principalmente, dos Ministros da área econômica. Esses produtores estão acumulando dívidas porque tiveram problemas nos últimos anos com frustrações de safras e frustrações de preços, em virtude do câmbio.

É humanamente impossível para esses produtores ter condições de pagar essas contas nos próximos 4 anos. Demonstramos ao Ministro Guido Mantega o acúmulo de cerca de 40 bilhões de reais, para pagar em 2008, 2009, 2010 e 2011.

Portanto, é extremamente importante a sensibilidade do Presidente Lula e do Ministro Guido Mantega, porque o Ministro Reinhold Stephanes já está favorável à nossa idéia, juntamente com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Vamos aguardar que, nas discussões de amanhã e da próxima segunda-feira, possamos chegar a bom termo e resolver o problema de milhares e milhares de produtores rurais que se encontram nessa situação. A grande maioria é de “pronafianos”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero chamar a atenção do Plenário, até para que todos tenhamos mais uma vez a dimensão da importância dessa discussão quanto ao trâmite de medidas provisórias.

A medida provisória que o Governo acabou de enviar para o Congresso Nacional é uma cópia idêntica do Projeto de Lei nº 2.278, de 2007, de autoria do Deputado Asdrubal Bentes. Olhem o paradoxo em que a Câmara acaba ficando. O Deputado apresentou seu projeto no dia 24 de outubro de 2007. O que estava acontecendo aqui na Câmara dos Deputados muito provavelmente? A discussão a respeito da CPMF. E para zerar o jogo, a Câmara ficou parada 1 mês pela Oposição e 2 meses pelo Governo. Mesmo assim, o projeto de lei já estava sendo discutido em dezembro de 2007 na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, inclusive com poder conclusivo naquela Comissão.

Pois bem, se tivéssemos estabelecido que isso, de fato, era urgência para caracterizar a medida provisória, por que não fomos instados para que isso ocorresse?

Portanto, isso aqui é a prova definitiva.

Estou falando isso exatamente para nos convencer.

Quero agradecer o empenho ao Líder do Governo, aos Líderes da Oposição, aos vários Líderes da base, à Comissão Especial. Ou alteramos o rito da medida provisória ou vamos continuar pagando o mico de passar a idéia de que não temos iniciativa e tampouco a capacidade de deliberar. (*Palmas.*)

Acho que é mais do que hora de alterarmos o rito, sob pena de a população brasileira jamais conseguir entender, porque não tem como entender um Congresso que não delibera e parece que não tem sequer iniciativa.



Cumprimento o Deputado Asdrubal Bentes pela iniciativa. Tenho certeza de que serviu de matriz para a medida provisória. É o que posso depreender.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero, em nome do Governo, reafirmar nosso apoio à iniciativa de V.Exa. de alterar o rito de tramitação das medidas provisórias. Por exemplo, se já tivéssemos aprovado a hipótese de que, por maioria absoluta, o Parlamento pudesse colocar na frente de uma medida provisória um projeto como esse do Deputado Asdrubal Bentes, teríamos resolvido dentro do Parlamento um tema que é de urgência e relevância para o País.

O Governo reafirma seu compromisso na diretriz que estamos caminhando nessa negociação. Inclusive ressalto a qualidade da reunião que aconteceu na residência oficial com sua presença e a do Presidente do Senado.

O Governo segue nessa mesa de negociações para contribuir com votos de apoio a essa votação o mais rápido possível.

Agora, chamo atenção de novo que a postura de obstrução da Oposição está dificultando inclusive a abertura da pauta para votação dessa alteração do trâmite das medidas provisórias.

Peço, Sr. Presidente, que passemos adiante porque já temos o *quorum* e teremos que continuar enfrentando a obstrução da Oposição.



O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que encerre a votação até para não parecer que estamos querendo utilizar mais um instrumento de obstrução.

O Líder Henrique Fontana poderia ter pedido a palavra como Líder e não o fez. Para ajudar a Presidência, solicito a V.Exa. que determine o encerramento da votação e, posteriormente, me conceda a palavra como Líder.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está encerrada a votação.

Resultado de votação: “sim” 3; “não” 279. Total: 282.

FOI REJEITADO O REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA.



O SR. MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAX ROSENMANN (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PMDB nas últimas votações.

O SR. ANGELO VANHONI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parece-me inquestionável que as palavras do Líder Henrique Fontana, se não fossem trágicas, seriam cômicas. Mas, infelizmente, são trágicas e lamentáveis. O Líder do Governo inicia com uma constatação e encerra com uma conclusão falsa, improcedente, incorreta e incompatível com a verdade dos fatos.

Entendo que o Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, só tem dois caminhos com relação a essa medida provisória editada no dia de hoje pelo Governo. A primeira e ideal é devolvê-la. O Presidente do Congresso Nacional tem a prerrogativa constitucional de não aceitar o recebimento no Poder Legislativo de uma proposta que seja flagrantemente inconstitucional. Daí por que a primeira e mais correta alternativa seria o Presidente Garibaldi Alves Filho devolver essa medida provisória ao Governo.

Mas há uma segunda alternativa, talvez até que eleve ainda mais o conjunto desta Casa e do Senado Federal, que é a constituição imediata da Comissão Especial que vai avaliar essa medida provisória.

Como Líder, quero dizer que estou fazendo a indicação dos membros do meu partido hoje. Desafio os Líderes da base do Governo a fazerem as indicações dos integrantes da Comissão Especial que vão avaliar essa medida provisória do dia de hoje, como eu farei.



Certamente, receberei a solidariedade e a companhia dos partidos de oposição e na Comissão Especial teremos a coragem de rejeitar a admissibilidade dessa medida provisória.

Esse o único caminho para reafirmar a independência, a autonomia e — vou além — a moralidade do Congresso Nacional. Não podemos mais aceitar o que está acontecendo de braços cruzados. Viramos motivo de chacota no País inteiro. Somos motivo da pior análise que se pode fazer com relação ao homem público, que é exatamente quando ele é incapaz de compreender a dimensão da sua função, quando ele é incapaz de compreender a dimensão das suas prerrogativas e dos seus deveres.

Não somos aqui donos das nossas vontades. Não somos donos do nosso mandato. Somos representantes da vontade de terceiros. Os verdadeiros donos do nosso mandato são os brasileiros. A eles é que devemos prestar contas. E tenho absoluta certeza de que nenhum cidadão de bem deste País aceitaria que o Congresso Nacional baixasse a cabeça, fechasse a boca, tapasse os ouvidos, fechasse os olhos e fingisse que nada está acontecendo.

Nós, deste Parlamento, infelizmente, não estamos vivendo o mundo real. Esta Casa se transformou no mundo da fantasia. O Governo faz de conta que respeita o Congresso e o Congresso faz de conta que é respeitado pelo Governo. Vamos acabar com o faz-de-conta!

Quero dizer aos Srs. Parlamentares que sou solidário à luta do Presidente Arlindo Chinaglia e do Presidente Garibaldi Alves Filho. Quero dizer para o Brasil que os Presidentes das duas Casas não estão aceitando isso passivamente. Mas é insuficiente a movimentação de S.Exas., porque ambas as Casas funcionam por



maioria. Infelizmente, aqui, a maioria é composta pelas articulações do Governo, que diminuem, invariavelmente, as nossas possibilidades de legislar.

Está aí o Deputado Asdrubal Bentes, autor de um projeto importante para o Brasil. No entanto, se vê atropelado pela edição de uma medida provisória. Será que S.Exa. é menos importante, tem menos peso, menos significado político para o seu ato não ser considerado, respeitado e apoiado? O que o Governo tem que fazer? Ele vai lá e chama para si uma prerrogativa que deveria ser do Parlamento brasileiro. Não podemos aceitar mais isso. E é por nós não aceitarmos mais isso...

Hoje ouvi de um Deputado da base do Governo que fica chateado de ter que ficar aqui até 23h, meia-noite. Mas ouvi de um Deputado da base do Governo o seguinte: *“ACM Neto, só existe um caminho: realmente, é essa postura da Oposição.”* E concluiu dizendo: *“É agora ou nunca.”*

E eu digo para V.Exas.: é agora ou nunca! Ou nós vamos mudar a tramitação das medidas provisórias agora, com a nossa resistência, com a nossa obstrução, ou nunca mais isso vai ser alterado no Brasil. (*Palmas.*)



O SR. LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o Partido dos Trabalhadores.

A SRA. SUELI VIDIGAL (Bloco/PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com meu partido.

O SR. OSVALDO REIS (Bloco/PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero justificar meu voto: na votação anterior, acompanho a orientação do PMDB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com a bancada.

O SR. CARLOS SOUZA (PP-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o partido.

O SR. DILCEU SPERAFICO (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

Obrigado.

O SR. MILTON MONTI (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PT.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido, na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Zenaldo Coutinho, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, interessante este momento vivido na Câmara dos Deputados.

O projeto de lei de autoria do Deputado Asdrubal Bentes, infelizmente, Presidente Arlindo Chinaglia, não serviu como matriz para a medida provisória, não foi mera inspiração para a medida provisória; infelizmente, foi cópia integral até nas vírgulas e, para ser mais grave, até na justificativa. Apropriação indevida do patrimônio intelectual da Câmara dos Deputados, do Deputado Asdrubal Bentes.

O Deputado Asdrubal Bentes, atendendo a um anseio e a uma demanda da região amazônica, apresentou, em outubro do ano passado, o seu projeto de lei. De repente, surge como urgência urgentíssima, por meio do instituto da medida provisória, uma cópia quase autenticada, quase registrada em cartório, de toda a sua elaborada produção intelectual.

É gravíssima não apenas a utilização do instituto da medida provisória para aquilo que não tem urgência urgentíssima constitucional definida no texto, como também é gravíssima mais ainda a apropriação indevida da produção intelectual de um Parlamentar desta Casa.

Portanto, realmente, após tantas e tantas discussões, nos encontramos num conflito que só tem uma saída: a devolução desta medida provisória. Não há outra possibilidade para o Parlamento.

O Deputado Asdrubal Bentes tem a nossa solidariedade, tem o nosso apoio, não apenas pelo mérito da matéria, como, sobretudo, pela fraude instalada hoje pela



iniciativa do Governo da medida provisória. Tem a nossa solidariedade como Parlamentares. Mas esta Casa tem que ser solidária consigo mesma; esta Casa tem que reconhecer sua própria importância e não subestimar-se, e não ajoelhar-se e não ficar de cócoras perante a apropriação indevida da iniciativa de um Parlamentar.

Se há verdadeira urgência, que a Liderança do Governo, que a Maioria desta Casa faça aprovar, amanhã, na Comissão da Amazônia, o projeto de lei do Deputado, conclusivamente. Seria uma resposta imediata deste Parlamento. A Oposição estará lá presente, Deputado Asdrubal Bentes. Estará lá presente, na Comissão da Amazônia, que deve ser convocada para votar e aprovar, conclusiva e imediatamente, este projeto de lei e demonstrar às escâncaras, demonstrar de maneira evidente que não se pode mais sujeitar esta Casa, sujeitar o Congresso Nacional à edição exagerada, abusiva das medidas provisórias.

Esse será, no mínimo, o modelo, Deputados, para que nós possamos iniciar essa reação, que não é de um Parlamentar, de meia dúzia de Parlamentares, mas que se inicia, felizmente, por meio das próprias Presidências das 2 Casas Legislativas.

O próprio Presidente Garibaldi Alves Filho, do Senado, o próprio Presidente Arlindo Chinaglia, desta Câmara, demonstram a vontade, o desejo, a iniciativa, a ação verdadeira para que nós sejamos responsáveis conosco, com este Parlamento, com esta Casa, com a representação popular do Brasil. Se é verdade que o Executivo representa um Poder, ele lá representa a maioria; aqui, esta Casa representa a totalidade do povo. E é justamente a totalidade do povo, com as diferentes legendas partidárias representadas, que está sendo fraudada, que está sendo roubada na sua produção intelectual.



Portanto, ao ser solidário ao Deputado, não o somos somente ao Deputado, mas o somos ao Parlamento. É o reconhecimento de que aqui também se produz. É mais uma vez demonstrado que aqui há iniciativa, aqui há trabalho, aqui há produção. O que nós precisamos sim — infelizmente, a manifestação do Líder do Governo não contribui para a busca do entendimento — é mudar os procedimentos, mudar o rito, mudar o exagero das medidas provisórias. Isso só será possível se tivermos, obviamente, maioria. E não é maioria simples, é maioria qualificada. Precisamos alterar, e precisamos de 308 Deputados nesta Casa. Isso só será possível se houver um amplo entendimento.

Por isso, não nos percamos em discussão meramente partidária; não nos percamos em discussão meramente de Governo. Nós queremos é o fortalecimento do Parlamento. E o fortalecimento do Parlamento só se dará se tivermos a maturidade, o bom senso, a serenidade e a responsabilidade para saber bem conduzir esse entendimento, para saber bem conduzir esse debate. Isso com respeito a todas as diferenças; isso com respeito à pluralidade partidária.

Temos, aqui, o Brasil todo representado. Temos partidos da direita à esquerda, todos aqui representados. Mas creio, e creio muito, no potencial da maioria, que possa ter o bom senso. Agora, o tiro forte veio exatamente do representante do Governo. O Deputado Asdrubal Bentes participa da base do Governo.

A Oposição, ao estar aqui reclamando, requerendo que esta Casa se respeite, não o faz por questão partidária, nem por questão de ser oposição, mas pelo próprio respeito ao Parlamento. Queremos que se respeite um Deputado da própria base; queremos que se respeite um representante do povo nesta Casa.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para concluir, por favor.

O SR. ZENALDO COUTINHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Já concluiu.



O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do PTB.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Henrique Fontana é um das figuras mais ilustres deste plenário. Todavia, não tem S.Exa. a prerrogativa da racionalidade. Não é S.Exa. que sempre fala com a razão aqui dentro. Estamos todos lutando por uma causa que o Presidente Arlindo Chinaglia encampou, assim como o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal.

Que coisa mais irracional, depois da reunião feita ontem à noite, quando Oposição e Governo se encaminhavam para um acerto — não um acerto entre Governo e Oposição, mas um acerto entre o Parlamento e o Executivo — para a modificação da tramitação das medidas provisórias, o Governo editar nessa mesma noite uma medida provisória, e, para tanto, utilizar um projeto de lei que tramitava nesta Casa sem nenhuma urgência, um projeto de lei que poderia tramitar apenas nas Comissões, nem precisava vir a plenário. Ainda assim, o Governo edita uma medida provisória para obstruir os trabalhos desta Casa.

Ora, Deputado Henrique Fontana, não há nenhuma racionalidade nesse procedimento. Absolutamente nenhuma.

Precisamos retomar o diálogo para reconquistar as prerrogativas deste Parlamento. O Congresso Nacional não pode ficar de joelhos o tempo todo. Precisa apresentar e votar propostas; precisa fiscalizar o Executivo e o cumprimento da Constituição. Caso contrário, não terá nenhuma moral para fazer qualquer cobrança em qualquer lugar da sociedade.



Por isso, precisamos retomar o diálogo. E qual a maneira mais fácil? Simplesmente cumprir o texto constitucional.

Desde agosto do ano passado, o PPS tem sistematicamente indicado seus representantes nas Comissões Mistas. Aliás, já decidimos fazê-lo na manhã de hoje. Estamos tão-só esperando a medida provisória ser publicada para nomear nosso para essa Comissão Mista do Congresso Nacional.

Muitos partidos, porém, não indicam. E esse é o desafio que aqui coloco: que todos indiquem seus representantes para essa Comissão, a fim de que a medida provisória agora baixada receba o carimbo da inadmissibilidade e o projeto do Deputado Asdrubal Bentes prossiga na sua tramitação normal, seja discutido, aprovado e, sancionado, entre em vigor.

Esse é o caminho mais lógico, é o caminho da racionalidade. E o caminho da racionalidade é conversar. O caminho da racionalidade é encontrar opções para o País. Se não há conversa, se o Executivo não escuta, o que sobra no Parlamento para a Oposição? A obstrução. Enquanto não houver conversa, vamos continuar obstruindo para reconquistar as prerrogativas do Congresso.

Muito obrigado.



O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na outra votação, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência pede um segundo para lembrar em que parte estávamos. Na verdade, 2 segundos: um para mim e outro para o Dr. Mozart Vianna.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. deu uma grande contribuição ao interromper aquela discussão e mostrar a incoerência da medida provisória.

Em defesa do Deputado Asdrubal Bentes, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados deveria oficializar o Presidente do Senado Federal, o Presidente do Congresso Nacional, informando a existência do projeto, porque ele ainda está na Câmara dos Deputados e o Senado Federal e o Congresso Nacional não têm conhecimento desse fato.

Então, a Mesa deveria informar ao Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves, o teor *ipsis litteris* do projeto do Deputado Asdrubal Bentes.

Eu acabei de tomar conhecimento da medida provisória. A Câmara dos Deputados não pode tomar providência acerca da Resolução nº 1, de 2002-CN. A competência é do Presidente do Congresso Nacional. Portanto, deve V.Exa., em razão da Resolução nº 1, informar ao Presidente do Congresso Nacional o que está acontecendo com o projeto do Deputado Asdrubal Bentes.

Cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Obrigado.



O SR. CHICO ALENCAR - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não. Tem a palavra V.Exa.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o episódio é muito grave. Provavelmente, o Deputado Asdrubal Bentes sequer foi consultado para merecer esse plágio. Esse não é um episódio que simplesmente mereça um comentário, a indignação ou a exigência de celeridade para o estabelecimento de um novo rito para medidas provisórias. Em português claro, isso chama desonestidade intelectual, fraude, plágio, enfim, delito.

O § 5º do art. 62 da nossa Constituição diz que *“a deliberação de cada uma das Casas sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais.”*

É fundamental uma comunicação de V.Exa. ao Presidente do Senado Federal. Não podemos aceitar isso como normal ou como repto para que andemos mais rápido na mudança do rito constitucional.

É indispensável, igualmente, que o Deputado Asdrubal Bentes venha esclarecer se, como membro da base do Governo, foi consultado — uma vez que o seu projeto não anda, vamos acelerar sua tramitação, pelo bem do povo amazônico — e parece-me que não. Ele foi surrupiado no seu direito parlamentar. Isso, nos termos do Código de Ética desta Casa, daria um processo disciplinar.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Antes de o Deputado Asdrubal Bentes se pronunciar, quero informar que qualquer projeto apresentado por Parlamentar, a partir do momento em que começa a tramitar, não mais pertence apenas ao seu autor, mas também à Casa.

Portanto, mesmo que o Deputado Asdrubal Bentes tenha sido consultado e eventualmente concordado, isso não elide a questão central: o projeto estava em uma Comissão terminativa da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes, pela ordem.

O SR. ASDRUBAL BENTES (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de muita discussão com produtores e trabalhadores rurais em Novo Progresso, no oeste do Pará — o Deputado Zé Geraldo conhece muito bem a questão —, e na querida Marabá, no sul do Estado, chegamos à conclusão de que, para minimizar os graves problemas no campo, para diminuir a violência, nada melhor do que regularizar as posses. Dada a dimensão da Amazônia 500 hectares, com 80% de reserva legal, são fundo de quintal na região.

Estabelecemos, depois dessas discussões, que o correspondente a 15 módulos fiscais seriam alienados sem licitação, e a partir daí, com licitação.

Essa medida, Sr. Presidente, é fundamental para a paz no campo na Amazônia.

Solicito a V.Exa., qualquer que seja a decisão sobre essa medida provisória, que se dê seguimento, em caráter de urgência, ao meu projeto de lei, que deve ter prioridade, porque tramita desde outubro de 2007. Uma vez decidido ou não o recebimento da medida provisória, caberá a Casa dar seqüência ao projeto, para levarmos paz ao campo na sofrida e querida Amazônia.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a defesa que fez ao meu projeto, assim como aos companheiros que também foram à tribuna defendê-lo. Sinto-me feliz por ter cumprido o meu dever.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu quero dar outra informação. A medida provisória, quando editada, tem eficácia imediata. Portanto, do ponto de vista regimental, em consequência do aspecto legal, dar seqüência ao trâmite de



projeto de lei que trate de matéria já disciplinada por medida provisória — que, repito, entra em vigor a partir do momento em que publicada — implica criação de um problema. A única hipótese para que o projeto de lei possa continuar tramitando seria a medida provisória ter rejeitada a sua admissibilidade.

De qualquer maneira, quero ir em frente.

Comunico ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que eu vou acatar a sua proposta e informar ao Presidente do Senado Federal quanto a essa circunstância.

(Palmas.)



O SR. RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu quero seguir com a Ordem do Dia, porque há uma tensão no ar, ainda mais considerando que também está anunciada a obstrução.

O SR. RAUL JUNGSMANN - Era só uma informação. Quando V.Exa. julgar oportuno, eu gostaria de dar uma breve informação, mas fique à vontade, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Senhor Presidente, requero, nos termos do art. 161, I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da funcional programática nº 14.122.0750.2000.0303, do programa de trabalho da unidade 30101 — Ministério da Justiça, constante do anexo I da Medida Provisória nº 405/2007 (pág. 11 do avulso)”.

O requerimento é assinado pela Liderança do PSDB.



O SR. ODAIR CUNHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme orientação do meu partido.



O SR. RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É 303. Eu vou repetir:
1412207502000303. Então, tem algum erro...

O painel está sendo corrigido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmermann. *(Pausa.)*

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*
S.Exa. abre mão da palavra.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos “sim”, a favor do texto.

Vamos votar rapidamente essa matéria e concluir a votação desses destaques hoje.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Vilela.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse destaques para o qual o PSDB solicita apoio do Plenário diz respeito a um crédito de R\$16.542.000,00 para despesas de apoio administrativo do Ministério da Justiça. São despesas administrativa absolutamente previsíveis. Trata-se de mera suplementação de crédito. Não deve ser objeto de medida provisória.

Vejam, Srs. Deputados, a que ponto chegou esta Casa: vota uma medida provisória que não tem nenhuma sustentação constitucional para a sua edição.

No meio de tantas medidas provisórias que o Governo edita, há medida provisória que abre crédito extraordinário, medida provisória que revoga medida provisória, medida provisória que fala de sacoleiro, medida provisória que cria TV pública e até medida provisória que plagia projeto de lei apresentado por Deputado.

Vejam a que ponto chegamos!

O que eu queria votar, Sras. e Srs. Parlamentares, era uma medida provisória que destinasse recursos, por exemplo, para o combate à dengue, que faz milhares de vítimas no Rio de Janeiro, onde já grassa uma verdadeira epidemia. Mas o que vemos é a total omissão do Governo Federal, é a total falta de gestão, é a total falta de compromisso com a saúde da população, é a total incompetência.

Não podemos admitir que, enquanto se destinam recursos para áreas em que eles são claramente previsíveis, problemas graves de saúde pública sejam deixados ao léu, sejam tratados com total desleixo e omissão.



Pedimos o apoio das Sras. e dos Srs. Parlamentares para dizer “não” ao texto, para dizer “não” a essa inapropriada medida provisória de abertura de crédito — na verdade, não é crédito extraordinário, mas suplementar.

Queremos que a base governista não seja submissa, não continue aceitando passivamente tudo aquilo que impõe o Palácio do Planalto. Queremos que esta Casa recupere a sua soberania, a sua altivez.

Apoiamos a iniciativa de V.Exa. e de vários Líderes no sentido de resgatar a importância desta Casa.

O PSDB vota “não” ao texto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero informar que havia um erro de fato. Alguém apontou uma contradição entre o que constava no painel e no requerimento. Pedi para corrigir o painel. Ocorre que o painel estava correto e o requerimento foi corrigido. Portanto, vou repetir: 14122075020000503. Essa é a funcional programática.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. (*Pausa.*)



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta na forma de questão de ordem. Nessa fase do destaque, entendo que é 1 orador contra e 1 favor, porque estamos discutindo parte do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como é de texto, são 2 contra e 2 a favor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ao registrar a minha discordância, solicito que se examine as decisões anteriores da Mesa sobre quanto ao procedimento. Matéria global, 2 e 2; parte da matéria, 1 e 1.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diz o art. 192.

“Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito o uso da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de cinco minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, ou que esteja em regime de urgência.

§ 1º Só poderão usar da palavra quatro oradores, dois a favor e dois contrários, assegurada a preferência, em cada grupo, a Autor de proposição principal ou acessória e de requerimento a ela pertinente, e a Relator”.

Com isso, Sr. Presidente, fica claro que realmente V.Exa. está cumprindo à risca o Regimento, reafirmando que falarão 2 oradores favoráveis e 2 contrários, como está bem definido no Regimento Interno.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou responder à questão de ordem do Deputado José Genoíno.

Diz o Regimento Interno, na Seção *Do Encaminhamento da votação*.

“Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito o uso da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário (...)”.

Como se trata de emenda de texto, aplica-se a regra geral.

O que diz o § 1º do referido artigo?

“Art. 192.”

§ 1º Só poderão usar da palavra quatro oradores, dois a favor e dois contrários, assegurada a preferência, em cada grupo, a Autor de proposição principal (...)”.

Baseou-se V.Exa., para concluir que seria 1 e 1, no fato de tratar-se de emenda. Aí seria aplicável o § 7º, que diz:

“Art. 192.....”

§ 7º No encaminhamento da votação de emenda destacada, somente poderão falar o primeiro signatário, o Autor do requerimento de destaque e o Relator (...)”.

Como não se trata de emenda e sim de texto, cai para 2.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, quero apenas registrar minha profunda discordância com a interpretação da Mesa, porque o DVS é parte da proposição, sua votação não se dá no encaminhamento global do projeto. Mas não vou recorrer, porque não se trata de matéria constitucional.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, DVS é apenas a forma regimental de se apresentar a proposta à Mesa. V.Exa. foi bastante claro: é de texto ou de emenda.

Repito, DVS é a forma técnica de se apresentar matéria à Mesa. Portanto, DVS não é uma única coisa — pode ser ou de texto ou de emenda. É lógico que V.Exa. está coberto de razão ao decidir a questão da maneira que o fez.

O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, eu só quero cumprimentar a Presidência.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos em frente, então.

Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, não falei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Desculpe-me. Eu havia chamado V.Exa., veio a questão de ordem e eu me esqueci. Mas V.Exa. me lembrou a tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a legislação oferece ao Poder Executivo o instrumento da medida provisória para casos de urgência, relevância e imprevisibilidade.

Por que imprevisibilidade? Porque há fatos de força maior, que ocorrem sem que ninguém possa prever, e que, por isso mesmo, são também urgentes e relevantes. Então, o correto seria dizer que, em casos imprevisíveis, urgentes e relevantes, o Poder Executivo dispõe desse instrumento para, legislando de forma autocrática, agir com celeridade. E, por outro lado, a Constituição confere ao Congresso Nacional o direito de analisar se se trata realmente de caso relevante, urgente e imprevisível e, no mérito, se a medida é procedente.

Ora, há casos emblemáticos que foram aqui aprovados sem se atentar para a norma constitucional, sem se observar se eram urgentes, relevantes, imprevisíveis e até sem se formar a Comissão Especial destinada a analisar esses 3 requisitos e o mérito da medida. Já foi baixada medida provisória que autorizava o Governo a doar



um avião para um país africano combater uma praga de gafanhotos! Meses depois, quando a medida provisória veio a plenário para ser votada, o Brasil ainda não tinha doado o avião para o país africano. Portanto, a praga de gafanhotos já tinha feito o seu trabalho, e ficou demonstrado que a medida não era nada urgente, nem relevante, nem imprevisível.

Hoje, temos mais um caso emblemático. Estamos aprovando recursos para custeio do Ministério da Justiça. Não é para combater os efeitos de seca ou de inundação: é para custeio!

Ora, se o Governo considera que gastos de custeio são imprevisíveis, passa um atestado de incompetência, de falta de planejamento! A mesma incompetência que fez com que crianças indígenas morressem por não haver planejamento para a compra de equipamentos; a mesma incompetência que fez com que no Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, mesmo em obstrução, vamos obedecer ao horário!

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - ...pacientes morressem nas filas.

Estamos assistindo, nesse caso, à mesma coisa: um atestado de incompetência e imprevisibilidade.

Por isso, votamos a favor da emenda que retira essa dotação orçamentária.

Muito obrigado. Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Orientação de bancada. Como votam os Srs. Líderes?

Como vota o Democratas.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, fica evidente que o Governo não se entende no momento de elaborar seu Orçamento ou se utiliza de medidas provisórias para buscar o custeio da máquina administrativa;

Vejam V.Exas., Srs. Deputados, que estamos tentando suprimir do texto da medida provisória o financiamento da máquina administrativa. Para isso, o Governo não tem por que utilizar medida provisória. Trata-se de despesa previsível. Como tal, ela tem de estar prevista no Orçamento da União. É o que se espera de um Governo organizado, que tenha noção de despesa e de controle da máquina.

A posição do Democratas é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSDB?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, temos sistematicamente marcado uma posição de luta política em relação a essa medida provisória e a todas as demais que trancam a pauta desta Casa. O PSDB apresentou essa proposta e vai dizer “não” a esse dispositivo do texto.

A Oposição está aberta à negociação para buscarmos uma forma de abrir espaço na pauta para votação de projetos oriundos desta Casa e deixarmos de ser única e exclusivamente uma Casa homologadora de iniciativas do Poder Executivo.

Votamos “não.”

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSOL?



A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, essa emenda retira do Ministério da Justiça recursos destinados à realização de reformas de bases operacionais para a modernização dos sistemas de comunicação e uma série de outros serviços essenciais ao funcionamento daquela Pasta.

O PSOL vota “sim”, pela manutenção do texto, contra a retirada de recursos do Ministério.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, será que a votação não foi familiar?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quase perguntei, mas não me senti á vontade.

O SR. FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, qualquer família no Brasil tem de planejar os seus gastos. No Governo, se um Ministério, num belo dia, qualquer que seja ele, tiver a idéia de que precisa gastar o dinheiro no dia seguinte, à noite, edita-se uma medida provisória.

Deve haver uma previsão. As despesas ordinárias do Governo têm de ser previstas com antecedência, até para haver fiscalização. Não se pode, à noite, editar uma medida provisória que abre crédito extraordinário e, no outro dia pela manhã, começar a gastar o dinheiro antes de o Congresso Nacional apreciar a matéria.

Atualmente, abre-se um crédito extraordinário à noite e, pela manhã, empenha-se. Não há lógica alguma nisso. Isso não é crédito extraordinário, mas, sim, crédito suplementar. As despesas são do cotidiano. Se faltou planejamento, se faltou dinheiro para aquela ação, o Governo tem de mandar um projeto de lei. Nós o



discutiremos, e o aprovaremos ou não. Não pode o Governo abrir um crédito extraordinário para começar a ser gasto no outro dia.

Encaminhamos o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o Governo?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o Bloco Parlamentar PMDB/PSC/PTC?

O SR. LELO COIMBRA (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco/PMDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PT?

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PP?

O SR. EUGÊNIO RABELO (PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP encaminha o voto “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

FOI MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa destaque de Bancada do PPS no seguinte teor:

“Senhor Presidente, requero a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do Subtítulo 26.846.0225.0713.0101 — Extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER — valor: R\$176.019.037,00 — constante do Anexo I da Medida Provisória nº 405/2007 — Unidade Orçamentária 39101 — Ministério dos Transportes, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.990-B, de 2007. (Função 26.846.0225.0713.0101.)”

O requerimento é assinado pela Liderança do PPS.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho, que falará contra a matéria. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão da palavra.

Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro, votamos contra e vamos resolver, rapidamente, essa medida provisória.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, que falará a favor da matéria.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vejam a irracionalidade: havia um órgão, o DNER, que foi extinto, salvo engano, em 2001, sendo em seu lugar criado o DNIT.

Pois bem. Aquele órgão está em processo de extinção, mas ainda assim o Governo edita uma medida provisória que abre crédito extraordinário para ele. Crédito extraordinário é para casos de calamidade pública. É irracional abrir crédito extraordinário para pagar uma dívida do DNER, órgão que foi extinto há 7 anos.

Para pagar dívida do extinto DNER, faz-se uma programação e coloca-se a verba no Orçamento ou abre-se um crédito suplementar ou um crédito especial, mas não um crédito extraordinário, ainda mais por medida provisória, que vem para o plenário e obstrui a pauta. Os outros créditos não obstruem a pauta, não provocam obstrução. O único que provoca obstrução da pauta é o extraordinário, aberto por medida provisória, que deve ser utilizada em casos de calamidade pública, seca no Nordeste, chuva no Sul, ou de despesas decorrentes de guerra. Esses fatos, sim, são imprevisíveis.

Mas aqui temos o contrário. Como o extraordinário pode ser mais comum do que o ordinário? É uma conclusão ilógica, irracional.

O extraordinário é o mais raro, o ordinário é o mais comum. Mas, no processo legislativo, atualmente ocorre o inverso: existe mais medidas provisórias do que projetos de lei do Governo, com urgência. O ordinário passou a ser extraordinário, o que é uma irracionalidade.



Então, quando se apela para que a Oposição vote a favor, quero dizer que a racionalidade da Oposição será colocada exatamente para mudar o rito de tramitação das medidas provisórias, para que não fiquemos aqui votando matérias irracionais, como esse crédito extraordinário para o extinto DNER.

Nós encaminhamos o voto “não”. Essa matéria deve vir por intermédio de projeto de lei ordinário e tramitar normalmente na Casa, para que se verifique se há realmente necessidade desses 176 milhões para extinguir o DNER.

O voto é “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como votam os Srs. Líderes?

Como vota o Democratas?

O SR. GUILHERME CAMPOS (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria, muito mais do que irracional, é ilógica. Como podemos votar algo que já está extinto há 6 ou 7 anos, algo que previu, dentro do seu contexto, tudo aquilo que seria necessário para sua extinção? E, agora, por meio de medida provisória, ocorre a colocação desse recurso que foge a qualquer racionalidade.

É atribuída a nós, da Oposição, essa pecha de irracionalidade da obstrução, segundo mantra do Líder do Governo.

Não podemos admitir continuar discutindo, discutindo e discutindo matérias desse teor, que só podem ter como encaminhamento o voto “não”, como será o encaminhamento da nossa bancada, não admitindo outro mecanismo que não o da obstrução, o que nos cabe e nos resta.



O SR. MAGELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAGELA (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se aqui estivesse na votação anterior, teria acompanhado a bancada do PT.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) Concedo a palavra ao nobre Deputado José Aníbal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico fazendo cálculos aqui. Uma boa escola técnica, muito bem equipada, para atender de 1.500 a 2 mil alunos, custa 4 milhões de reais, desde que seja feita sem qualquer tipo de superfaturamento. Extinguir o DNER custa 176 milhões! Quanto representa isso? Quarenta e quatro escolas técnicas!

Hoje, no Brasil, quando se pede um ajudante geral, faz-se fila no quarteirão; quando se pede um trabalhador qualificado, não há fila, não há oferta. Esse é o aspecto que estamos discutindo agora.

Quero associar-me ao Líder Fernando Coruja, pela fala proferida aqui anteriormente, segundo a qual é preciso tirar um pouco desta anestesia da Casa sobre o mérito das questões que estamos votando. Não se trata apenas do procedimento para edição de medida provisória, e, sim, do absurdo do que se vota. Refiro-me ao custo, ao modo irracional de torrar dinheiro público, de queimar dinheiro público. Pelo fato de haver mais receita, tem que haver muito mais cuidado ainda com a forma de gastar.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero abordar aqui assunto que foi mencionado hoje nesta tribuna: o principal editorial do jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, sob o título *MPs corrompem*.

Há pouco, vimos que medidas provisórias se prestam a falsificações. Esta MP, editada hoje, falsifica -- copia, melhor dizendo -- o projeto do Deputado Asdrubal Bentes. Vou propor aos Líderes que, na próxima reunião da Mesa, dêem urgência a



esse projeto, tragam-no para votação e rejeitem esta medida provisória. Não é possível que, diante de evidências, continuemos a conversar, a discutir, como se nada tivesse acontecido. É preciso agir, dar satisfação à opinião pública do País. Existe uma grande imprensa, capaz de elaborar o texto intitulado *MPs corrompem*.

Sei que o Presidente da República tem profunda consciência de que essas medidas provisórias, trabalhadas como estão sendo trabalhadas pelo atual Governo, não só corrompem, como dificultam, impedem o processo legislativo. Temos, portanto, um desafio a vencer.

Há pouco tempo, li uma citação do grande Amaral Peixoto. Ele disse que, no Brasil, parece que todos aprendem, menos os políticos e os partidos políticos. Não é possível que todos nós estejamos aqui desfrutando dessa democracia que ajudamos a construir e consolidar e não estejamos, todos por igual, comprometidos em permanentemente consolidá-la, dar-lhe cada vez mais musculatura, mais capacidade de servir, de provocar bem-estar à população brasileira.

Este destaque mesmo que estamos votando agora, de 176 milhões de reais, é um acinte!

De outro lado, não se consegue evoluir na discussão de matérias de interesse da cidadania, da população. É uma questão de consciência ficar aqui até mais tarde, de madrugada, de manhã, mas para votar o que interessa à cidadania e para tratar das questões de forma objetiva e não irresponsável. Estamos aqui às vezes de forma muito irresponsável, uns culpando os outros, um procurando desqualificar o outro. Não é essa a questão. Trata-se da afirmação do Parlamento, da sua capacidade de legislar, de produzir bem-estar, não se trata de aqui ficar apenas



contemplando embate entre Oposição e Situação, como se isto aqui fosse um Fla x Flu.

Deputado Devanir Ribeiro, esta é uma Casa da democracia. Eu não aceito essa sua provocação. Isso é coisa de quem não é serio. Aqui prevalece a democracia, não o relógio. Aqui há tolerância, a tolerância que V.Exas. têm cada vez menos, o que me deixa muito preocupado. Irresponsável essa sua atitude, absolutamente irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado José Aníbal, conclua.

O SR. JOSÉ ANÍBAL - Há tempo para a palavra de quem está aqui, e o Presidente concedeu o tempo complementar para o encerramento.

Vou encerrar dizendo que seu ato expressa bem, muito bem, aquilo tudo que vinha comentando. Refiro-me a essa intolerância, essa incapacidade de dialogar. Essa incapacidade de defender a instituição é grave, muito grave! E não vai ser dizer "*vamos votar*" daqui e de lá que vai me provocar ou me intimidar.

A ditadura não me intimidou, milico armado não me intimidou. Quem de V.Exas. vai me intimidar aqui com um ou outro arreganho de palavra? Ninguém! A palavra é livre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, não estava dirigindo-me a S.Exa. o nobre Líder do PSDB, porque, na minha visão, o Presidente está sendo até tolerante. Um minuto é 1 minuto, 3 minutos são 3 minutos, 5 minutos são 5 minutos. Não há tolerância para ninguém, nem para a Situação, nem para a Oposição!

Agora, essa bravata de que “enfrentei militares”, meu filho, já era, é coisa do passado. Nós temos de olhar para frente. Não tenho nada a ver com o fato de dizer que enfrentou ou não enfrentou. Eu posso ter enfrentado, mas muita gente fugiu do Brasil dizendo que enfrentou. Quem ficou aqui enfrentou, mas quem foi para fora não enfrentou, não. Conheço bem a história. Então, não me venha com essa história, não. Sei muito bem quem enfrentou. Eu enfrentei. Inclusive, eu costumo chamar o Senador Tuma de “meu carcereiro”. Dou nome aos bois, não preciso tergiversar.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. o seguinte: quando conceder 1 minuto, dê 1 minuto; quando conceder 3 minutos, dê 3 minutos; quando conceder 5 minutos, dê 5 minutos. Não pode haver tolerância! Senão vamos ser obrigados a ficar aqui esperando e ouvindo discursos e mais discursos.

Existe o direito à obstrução? Existe. É democrático? É. Mas nossos ouvidos também têm tempo para ouvir essas coisas.

Obrigado.



O SR. JOSÉ ANÍBAL - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, isto aqui não é Fla x Flu. Há um Regimento. Eu estava falando no primeiro minuto adicional que o Presidente me concedeu. Isso é absolutamente previsto pelo Regimento Interno, está dentro da norma.

O Deputado se assustou porque ele achou que eu ia levar a chicana dele numa boa. Estamos vendo aqui por que não se pode mais levar numa boa. *(Manifestação no Plenário.)* Esse é um sentimento de recusa da discussão, recusa da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado José Aníbal, qual é a questão de ordem?

O SR. JOSÉ ANÍBAL - Pelo art. 174, § 4º, Sr. Deputado, eu tenho direito: *“Qualquer prazo para uso da palavra...”*

Sr. Presidente, mais uma vez o Deputado Devanir...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado José Aníbal, vamos evitar uma polêmica bilateral.

O SR. JOSÉ ANÍBAL - O Deputado Devanir deve conhecer biografias. A minha, provavelmente, não conhece. Mas, se quiser, podemos falar delas aqui, tanto da dele como da minha, a qualquer tempo e hora.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Numa outra sessão.

Vou responder à questão de ordem.



Veja, já ocorreu de eu estar presidindo e marcar, com todo o rigor, 1 minuto, 3 minutos. Todo mundo sabe que eu sou, muitas vezes, muito simpático nessa atitude. Pois bem, ocorreu aqui de o Vice-Líder do Governo não terminar o encaminhamento em 1 minuto, 1 minuto e meio, 2 minutos, e eu, brincando, alertei que Situação e Oposição se encontram, muitas vezes, na obstrução.

De qualquer maneira — quero responder com outra questão de ordem —, está prevista no Regimento Interno a possibilidade de se conceder um tempo ao orador para que conclua o raciocínio. Quando ocorre obstrução, eu costumo pedir, às vezes exigir que não se ultrapasse o tempo. Mas, se cada Deputado, digamos, ficasse em plenário, tudo isso seria facilitado.

Eu acho que é melhor darmos seqüência. Do contrário, acabamos perdendo mais tempo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSDB?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ficou claro, pelos números apresentados pela assessoria técnica do PSDB, que, do Governo de 2003 até hoje, 98% dos recursos de crédito por medida provisória foram todos de natureza previsível, afrontando completamente o texto constitucional.

Se fizermos um estudo, de 1995 até o final do Governo Fernando Henrique Cardoso, relacionado à grande maioria de créditos extraordinários e medidas provisórias, 87% foram despesas completamente, de forma passível, imprevisíveis, e se atendendo, no final do governo de transição, ao atual Governo, do PT, que pediu que diversos PLPs fossem transformados nesse instrumento.

Por isso, vamos votar a favor do destaque do PPS, assumindo a posição “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o Democratas?

Na hora que cair o tempo, o prazo vai fechar, para agilizarmos os trabalhos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acho que, depois que os Parlamentares que foram à tribuna e expuseram, com detalhes, todos esses absurdos que são encaminhados a esta Casa em forma de medida provisória, a base do Governo deve estar extremamente constrangida em ter de votar como urgente e relevante uma dotação para um órgão que já foi extinto há 7 anos. Missa de óbito de 7 anos. Essa conta ainda não havia sido identificada pelo Governo.

Nossa posição é “não”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Democratas recomenda o voto “não”.

Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, esse destaque apresentado pelo PPS tem a finalidade de retirar dessa medida provisória, que abre crédito de 5 bilhões de reais, a parcela de 176 milhões de reais destinados à extinção do DNER, órgão que foi extinto em 2001. Ele tem um novo nome, transformou-se em DNIT.

Esse dinheiro, claramente, não pode ser algo que surgiu do nada. Ele pode, no máximo, ser submetido a créditos suplementares, especiais e extraordinários. Não é crédito extraordinário. Crédito extraordinário há no caso de calamidades, chuvas e guerra. Que eu saiba, não há nenhuma guerra afetando o DNER.

Portanto, recomendamos o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o Governo?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base do Governo não tem constrangimento nenhum: vota “sim”, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota a Liderança da Minoria?

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, 176 milhões de reais é um bocado de dinheiro para o DNER, extinto em 2002. Onde está a urgência nisso? Urgência em gastar 176 milhões com um órgão extinto em 2002? Esse é mais um absurdo que se presencia nesta Casa.



Obviamente, não podemos concordar, Sr. Presidente. Por isso, recomendamos o voto “não” a esse texto que se pretende fazer aprovar nesta Casa.

O destaque do PPS é corretíssimo. Tem-se de subtrair isso da medida provisória. É um acinte a esta Casa e à inteligência do Brasil.

Recomendamos o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (Bloco/PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR parabeniza a base também pela obstrução.

O voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PV?

O SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (Bloco/PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, falta o registro.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PMDB vota “sim”. Onde está o registro?



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Já podemos ir a votos? A base autoriza?

Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO O TEXTO.



O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE.) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO.) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação concedida.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA.) - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação conjunta.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas está em obstrução.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “sim”.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria reorienta para “obstrução”.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “sim” — o registro não apareceu no painel.

O SR. JORGE BITTAR (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queriam seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fazemos um apelo aos Deputados e às Deputadas da base do Governo para que fiquem em plenário. Demoraremos, assim, menos tempo para vencer a obstrução e aprovar as matérias que são de interesse do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança do Governo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero fazer um agradecimento enorme à base do nosso Governo, que aqui se mantém, e já passamos das 21h30min, para conseguir votar uma medida provisória.

De novo, chamo a atenção desta Casa do Parlamento brasileiro, da Oposição, da Presidência e de todos nós: o Regimento que temos hoje em vigor na Câmara dos Deputados é inviável para assegurar um processo democrático minimamente equilibrado.

Começamos a analisar essa medida provisória de suplementação orçamentária exatamente às 16h. Não perdemos um minuto sequer. A base do Governo não desperdiçou um segundo de tempo para obstruir a votação. Nossos Líderes só falaram nos momentos em que o painel estava aberto para a votação. Não retiramos tempo da votação.

Pergunto aos Líderes da Oposição: é razoável que, na mesma noite, no mesmo dia, votemos 8 ou 9 requerimentos de adiamento de votação da mesma matéria — a Maioria se afirmando a cada votação —, transformando o Parlamento brasileiro numa Casa de discussão de requerimentos?

Está fantástica a postura da Oposição na crítica que faz ao excesso de medidas provisórias. Ele é real. Apoiamos a modificação na tramitação dessas matérias. Reconhecemos o excesso. Mas qual é a resposta da Oposição, Deputado Beto? É obstruir, obstruir e obstruir, com isso gerando um impasse que cria



dificuldade para a implementação de políticas públicas indispensáveis e leva o Governo a ter de usar, mais uma vez, o instituto da medida provisória.

Por exemplo, precisamos garantir a votação do reajuste salarial de 800 mil servidores públicos deste País. Se a cada sessão tivermos de vencer essa obstrução irracional da Oposição, demoraremos talvez 1 mês e meio para concluir a votação.

Tem alguma alternativa o Governo que não seja a de adotar a medida provisória? O Governo deve investir num conflito com 800 mil servidores, ou eventualmente jogar esse conflito para dentro do Parlamento? Acho que não.

Então vamos pensar de outra forma. Vamos deixar de lado posições intransigentes da parte do Governo e da Oposição e negociar um novo rito para as medidas provisórias. Mas vamos abrir mão dessa obstrução irracional, que segura um Parlamento de 513 Deputados, que nos deixa sem debater quase que o único assunto de interesse estratégico do País.

Os Deputados, eleitos pelo povo, querem votar projetos, querem debater temas estratégicos para o País. A Oposição não pode chegar a esta tribuna e dizer que a paralisia do Congresso Nacional é culpa do Governo. Essa simplificação não encontra respaldo na realidade.

Sr. Presidente, não posso concordar com o Regimento. Abrimos esta votação às 16h e já analisamos 5 requerimentos de adiamento de votação: por 5 sessões, por 4 sessões, por 3 sessões, por 2 sessões e, finalmente, por 1 sessão. Isso significa chamar 513 Deputados para decidir 5 vezes a mesma coisa. É irracional! Não podemos continuar trabalhando assim. Precisamos mudar a sistemática de apreciação de medidas provisórias, mas também o Regimento da Casa, sob pena



de a paralisia continuar. Não vamos colocar um foco isolado nas medidas provisórias.

Por que há este acúmulo agora, Deputado Frank Aguiar? Porque houve um conflito político nesta Casa. A Oposição quis retirar dos cofres públicos 40 bilhões de reais, e infelizmente conseguiu, para grande prejuízo da saúde pública, que perdeu muito com aquela votação da CPMF. Então se acumularam as medidas provisórias.

Quero dizer ao Líder Antonio Carlos Magalhães Neto que a fala deste Líder não é nem trágica nem cômica. Quero um equilíbrio que não gere o falso maniqueísmo de que a Oposição é ótima e quer o Parlamento funcionando e que o Governo é o algoz do Parlamento. Isso é mentira, não tem respaldo na realidade. Quando V.Exas. governavam, o número de medidas provisórias era o dobro do registrado neste Governo. Aliás, o atual sistema foi conduzido e apoiado pela Maioria de então — PSDB e Democratas —, que dizia ser este o melhor processo de tramitação para as medidas provisórias.

Mas vamos abrir o coração e voltar à mesa de negociações. Nós do Governo queremos solução, não queremos conflito, mas não vamos ouvir calados essa tentativa de gerar na tribuna o falso maniqueísmo de que a Oposição é boa e a base do Governo é o algoz do Parlamento.

Agora quero dar um esclarecimento, Sr. Presidente. José Gomes Temporão é um excelente Ministro da Saúde, é um quadro que honra o PMDB, a base do Governo e sua própria história de luta pela saúde pública neste País. Já o Prefeito César Maia, do Rio de Janeiro — falo com todo o respeito e serenidade, mas com total franqueza —, decidiu não implantar o Programa Saúde da Família na cidade. Há no Brasil casos de epidemia semelhante em Mato Grosso e em Belo Horizonte,



por exemplo, mas lá a mortalidade é próxima de zero, porque há uma porta de entrada para a saúde preventiva: o Programa Saúde da Família, uma grande conquista deste País. Fica a crítica pública à irresponsabilidade do Prefeito do Rio de Janeiro, que não implantou o programa no Município.

Por fim, Sr. Presidente, quero ler avaliações de membros do Democratas e do PSDB a respeito das obras do PAC.

Diz o Prefeito de Cachoeira do Sul, município do meu Estado, o Sr. Marlon Santos, do Democratas: *Não tenho o que reclamar do Governo Lula e estou impressionado com o que vem se falando. Tudo o que foi relativo à União sempre tem dado certo para Cachoeira do Sul.*

Palavras do Vice-Governador do Rio Grande do Sul, também do Democratas: *O que importa é que o PAC é bom, e existem recursos para obras de infra-estrutura, que o Brasil deve há muito tempo.*

Sr. Presidente, comparando a palavra do Líder do Democratas neste Parlamento com a do Prefeito de Cachoeira ou com a do Vice-Governador do Rio Grande do Sul, parece-me que a dos últimos têm equilíbrio maior, porque coloca o interesse público, o interesse do povo que recebe o benefício de obras que são direito seu, acima da luta política entre os partidos.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*



O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 177 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu poderia até evocar o art. 74, mas vou ater-me ao art. 177.

O Líder Henrique Fontana, de duas uma: ou não conhece o Regimento, ou mais uma vez se utiliza de palavras equivocadas para tentar nos impor uma coisa que não é verdade. Ele disse que nós apresentamos requerimentos de adiamento da discussão por 5, 4, 3, 2, e 1 sessões. Deveria saber que as medidas provisórias que tramitam em regime de urgência, conforme dispõe o art. 177, § 1º, comportam apenas e tão-somente, no máximo, adiamento por 2 sessões.

Sr. Presidente, o Líder Fontana também acusou este Líder de ter faltado com a verdade. No entanto, quem tem sido reiteradas vezes impreciso com a verdade, faltando com os termos corretos e apropriados ao debate, é o Líder do Governo. Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que, por favor, recorra às notas taquigráficas do pronunciamento do Líder Fontana e perquirar a verdade. Se de fato ele tiver dito que este Líder mentiu, peço a V.Exa. que, por favor, faça a prova dos 9 — infelizmente seremos obrigados a passar por isso —, e, se ficar evidenciado que este Líder não mentiu, V.Exa., de ofício, retire a acusação falsa, esta sim mentirosa, das notas taquigráficas da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou examinar as notas taquigráficas.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não me lembro que artigo do Regimento trata de casos em que um Deputado é citado, mas quero sugerir mais uma mudança no nosso Regimento, porque, se a boa educação que eu uso quando me dirijo ao Líder do Democratas, citando o nome dele, faz com que ele tenha um direito de resposta, temos um Regimento que incentiva a falta de educação de se dizer “o Líder tal”, sem citar seu nome.

Sugiro mais uma mudança no nosso Regimento, para não cairmos nesse tipo de situação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, foi formulada uma questão de ordem e identifiquei qual era o artigo do Regimento ao qual estava recorrendo. Então, é importante que o Líder Fontana preste atenção ao que está sendo colocado no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou esclarecer ao Líder Fontana.

Quando há uma interpretação de que algum Deputado se dirigiu de forma ofensiva a algum Parlamentar, este então tem o direito de usar da palavra. O Líder ACM Neto o fez na forma de questão de ordem. É simples. Vou examinar as notas taquigráficas. Se entendermos que ali tem algum caráter ofensivo, determinaremos a retirada, sim.

Por que isso? Porque é dever da Mesa promover o debate, a disputa, mas não a ofensa.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou encerrar a votação.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, mude a orientação do Bloco para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Do Bloco?

O SR. MARCELO SERAFIM - Sim. Bloco/PSB.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PRB, obstrução. O.k.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está encerrada a votação.

Resultado da votação: “sim”, 279; “não”, 4. Total: 283.

FOI MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa destaque de bancada do Democratas no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão ‘04.846.1003.001.0101 — integralização de cotas da Corporação Andina de Fomento — CAF, valor R\$551.000.000,00’, constante do Anexo I (pág. 25 do avulso) da Medida Provisória nº 405/07”.

Assina a Liderança do Democratas.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmermann. *(Pausa.)*

Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como V.Exa. acaba de anunciar, esse destaque tem por objetivo retirar os recursos para a Cooperação Andina, que prevê um montante de 511 milhões, sendo que é importante frisar que sequer foi assinado ainda o protocolo.

Está caracterizado, dessa forma, que não existe urgência, não existe a imprevisibilidade, nem muito menos, ou em menor escala, a relevância, porque o protocolo dessa Cooperação Andina, Deputado Colbert Martins, que tem de ser defendido com muita veemência pelo Governo, sequer foi assinado. Como o Governo envia uma medida provisória cujo protocolo não tem a assinatura do Governo brasileiro?

Como editar uma medida provisória que já abusa das prerrogativas, ao retirar do Congresso Nacional sua competência, que já extrapola por não haver o critério constitucional da imprevisibilidade, da urgência e da relevância? O próprio texto que segue com a mensagem da medida provisória deixa claro que sequer foi assinado o protocolo.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos por obrigação, neste momento, votar a favor desse destaque. Não é possível que possamos aprovar recursos para serem aplicados em infra-estrutura, em uma área que o Governo



brasileiro ainda não subscreveu, o que tornaria, neste caso, o acordo legítimo e correto do ponto de vista jurídico, para que então possamos direcionar recursos financeiros.

Daí por que, na impossibilidade jurídica — o protocolo não está assinado —, na excrecência das edições de medidas provisórias de caráter orçamentário, e, por fim, dado o abuso de estarmos aqui com a pauta praticamente trancada e exclusivamente à disposição das medidas provisórias, que vêm tomando o tempo de todos os Parlamentares, sem que possamos avançar nas demais discussões de interesse para o País, nas matérias que estão pendentes de discussão e votação neste plenário, pedimos que, pelo menos, essa excrecência não permaneça no bojo, no texto, no conteúdo dessa medida provisória, que, na discussão, tivemos aqui a iniciativa de tentar modificá-la.

Que essa excrecência, então, não passe por total incompatibilidade com o texto constitucional e com o teor mérito da medida provisória!



O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido, o Partido Progressista, na votação anterior.

O SR. RATINHO JUNIOR (Bloco/PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, votei com minha bancada.

O SR. BETINHO ROSADO (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei a indicação e a liderança do intrépido Líder Ronaldo Caiado.

O SR. TADEU FILIPPELLI (Bloco/PMDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei de acordo com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vejam o destaque que estamos votando. É algo que tem de ser avaliado pelo Plenário. O Brasil não faz parte ainda da Corporação Andina de Fomento, ainda é um país extra-regional.

Vejam mais: o convênio está em fase de assinatura, ainda nem foi aceito, e nós já o estamos votando em forma de medida provisória, como se fosse urgência urgentíssima. São 551 milhões de reais. Enquanto precisamos de tanto dinheiro para a saúde, estamos aqui priorizando um convênio que nem sequer foi assinado. Isso é algo que mostra a maneira agressiva e desrespeitosa do Executivo com o Parlamento.

Mas eu quero chamar a atenção para outro ponto. Vimos o Líder do Governo ir à tribuna. A toda hora que vai à tribuna, ele é repetitivo em relação ao Regimento Interno. Ora, é o mesmo Regimento Interno que eles tanto defenderam quando eram Oposição. Aplaudiam e diziam maravilhas dele. Agora, quando estão no Governo, eles exercitam muito bem o Regimento Interno. Sabem como? Quando querem fazer obstrução, apresentam à Mesa, atravessam a Mesa com um requerimento de retirada de pauta, entram em obstrução, não precisam vir aqui, e a sessão cai. Mas para a Oposição, não; temos que suar a camisa, temos que usar de tudo a que temos direito, votação a votação, requerimento a requerimento, destaque a destaque, porque, se não temos maioria aqui para derrubar, como o Governo derrubou, no ano passado, durante 2 meses, as sessões nesta Casa, temos que fazer é isto.



Pergunto aos senhores: por acaso, votar uma medida provisória de 5 bilhões e 500 milhões em 6 horas de votação é muito? Parlamento não é fábrica de sabonete, não!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para concluir, por gentileza.

O SR. RONALDO CAIADO - O Parlamento é exatamente o local onde temos que debater. Isto aqui não é pá de cemitério, como o Governo deseja. Não! Aqui é exatamente um sistema democrático efervescente. Temos que debater e fazer prevalecer exatamente aquilo que realmente esperam de seus Deputados os eleitores que os elegeram.

Por isso, para concluir, Sr. Presidente, peço a todos os Parlamentares para que abram os olhos, porque o golpe que o Líder do Governo propõe é algo que nos intranqüiliza — é tirar da Oposição o direito que temos para poder aqui debater e exercitar a nossa função de Parlamentar.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Como votam os Srs. Líderes?

Democratas.

O SR. GUILHERME CAMPOS (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez estamos aqui num processo de obstrução, onde a Oposição tem de suar, e muito — e não temos medo de correr o campo inteiro. Vamos trabalhar para justificar a nossa presença nesta Casa.

O que vemos hoje aqui neste destaque é mais um absurdo: 540 milhões em cima de algo que nem sequer foi assinado. É algo irracional, ilógico e impensável para qualquer pessoa que queira trabalhar num processo legislativo responsável.

Em cima disso, não tem outro tipo de orientação que não seja “não”. Não podemos praticar esse tipo de trabalho num Congresso do qual tanto se espera.

Irracional, sim, é uma medida provisória como esta. E, para um destaque como este, o encaminhamento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB também vota “não” e gostaria de lembrar ao Líder do Governo, que pousa de razoável na tribuna, que até anteontem ele exercia a oposição ferrenha, dura.

Sr. Presidente, esse povo, até ontem, na briga do Tarzan com o jacaré, no cinema, torcia pelo jacaré.

Como é que vem aqui pedir coisas razoáveis? Líder Fontana, V.Exa. inventou o pecado. Invente o perdão, agora. Estenda a mão. Mostre que está querendo acabar com essa edição injustificada de medidas provisórias. Aí, sim, haverá um



diálogo de alto nível. Ora, quem era do contra por ser contra, quando queria derrubar tudo a todo custo, agora, que está no Poder, pretende uma coisa que não é razoável?! Não. Vamos fazer uma coisa de alto nível. Compete ao Governo estender a mão, com uma proposta concreta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o Bloco, Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, está havendo uma certa dispersão. Falando claramente, eu recebi uma solicitação para orientar “obstrução”. Vou ficar em plenário e votar a favor da matéria. Sou contra qualquer mexida em Regimento Interno. Acho que se deve deixar a Oposição usá-lo. Sou a favor de termos sessão com votação às 16 horas, sexta-feira, segunda-feira. Isso, sim. No entanto, podemos fazê-lo com o Regimento à disposição de todos.

Em relação ao jacaré e ao Tarzan — não fui citado nessa menção; foi só com o PT —, quero protestar porque não estava incluído nessa fala, pois torcia pelo jacaré! (*Risos.*) Torço até hoje pelo jacaré! Nas touradas, torço pelo touro e não pelo toureiro. Mas aqui, Deputado, estamos, afinal de contas, exprimindo nossas diferenças de maneira civilizada. É bom que seja assim.

Vamos manter o nosso Regimento e trabalhar de segunda-feira a sexta-feira. Para os que não estarão aqui, funcionará neste momento o voto “sim”. Adiante, discutiremos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Liderança da Minoria.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que os Parlamentares que estão



aqui ávidos por votar sabem bem qual será a destinação desses 551 milhões de reais.

Certamente, essa corporação andina, objeto desta medida provisória, está absolutamente bem compreendida por todos aqueles que estão desejosos de votar. Sabe-se bem quais são as necessidades urgentes, relevantes, para 551 milhões do Orçamento nacional serem destinados para essa corporação andina.

Todo o povo brasileiro sabe o que é essa corporação andina; todos os Parlamentares têm convicção do que é essa corporação andina; sabem que esses 551 milhões vão resolver muito o problema de fome, de educação e de saúde, certamente. E por isso, estão ávidos por votar, estão desejosos de votar.

Sr. Presidente, não é nada disso! Ninguém aqui, neste plenário, sabe o que é essa corporação andina, que está a precisar de 554 milhões, como regra. Pode haver, aqui ou acolá, um ou outro Deputado que talvez saiba...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como a Minoria vota?

O SR. ZENALDO COUTINHO - Pode haver, aqui ou acolá, um ou outro Líder que se tenha dado ao trabalho de ter lido. Mas a regra, Sr. Presidente, tenho certeza absoluta, é esta: nem esta Casa, aqui no plenário, nem a sociedade brasileira têm convicção dessa necessidade, dessa urgência, dessa relevância.

Por isso, obviamente, orientamos “não”.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, isto é evidentemente outra irracionalidade: destinar mais de 551



milhões para fazer parte de uma corporação de fomento, como membro especial, se isso nem foi assinado ainda. Seria importante que o Governo não apenas dissesse o “sim” lá, mas que justificasse, porque debate tem de haver.

Desconfio que eles estejam acelerando o discurso. E não é só para votar rápido, mas porque não há argumento. É preciso justificar isto: são 551 milhões de reais; não é um dinheirinho. São 551 milhões de reais! Precisamos saber o porquê. Não posso compreender que seja urgente, relevante e objeto de crédito extraordinário.

Estou encaminhando “não”, apoiando o destaque do DEM, pelo PPS, e peço que o Governo entre no debate e justifique o porquê desse gasto.



O SR. JOÃO DADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO DADO (Bloco/PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Deputado João Dado votou com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Governo.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim”, pela manutenção do texto.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PTB vota “sim”.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PMDB também vota “sim”.

O SR. VILSON COVATTI (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Progressista vota “sim” e pede que não seja devolvida a palavra para quem não concluir a sua indicação dentro de um minuto.

Indicamos “sim”.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSOL vota “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do texto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento de destaque de bancada do Democratas no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão...”

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (Bloco/PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Pereira da Silva, na votação anterior, votou com o PDT.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos ver se acerto:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão '05.122.0750.2000.0507 — Administração da Unidade, valor R\$47.000.000,00', constante do Anexo I da Medida Provisória nº 405/07 (pág. 29 do avulso).”

Assina a Liderança dos Democratas.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Tarcísio Zimmermann, que falará contra a matéria. (*Pausa*) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho. (*Pausa*) Ausente.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Guilherme Campos.

O SR. GUILHERME CAMPOS (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos falar agora de uma nova alocação de recursos que, perto de tudo o que discutimos nesses 2 recentes destaques, é uma bagatela: 47,5 milhões. O que é isso perto de 550 milhões? O que é isso perto de 176 milhões? São 47,5 milhões, são 2 Mega-Senas. Que é isso? Isso não é nada. É um dinheiro de troco, de pinga.

Em cima disso vem toda a retórica sobre alocação de recursos, manutenção de unidade. Que unidade? onde e por quê? Se o Governo, na sua previsão de gastos, não tem aí a competência de estar colocando, em seu planejamento, a manutenção de uma unidade do Ministério da Defesa. Verdade seja dita: provavelmente, devem ser 47 milhões e meio para prever uma proteção contra os 550 milhões do Pacto Andino. Vai se saber!

Essas 2 Mega-Senas que são colocadas aí para serem discutidas de uma maneira célere, superficial, num processo desgastante como este, em que — destacamos — a Oposição tem de suar a camisa para fazer prevalecer a obstrução.

Nós não podemos compactuar com isso.

Temos que, mais uma vez, ser contra, pedir que a racionalidade desça à cabeça e à razão de cada um dos presentes. Que possamos pensar no Congresso para a frente, que possamos pensar num Congresso que venha discutir os problemas da Nação, e não fiquemos nesse processo de obstrução contra a



Situação, que é duro, penoso, mas que nos cabe nesta parte, neste momento, neste cenário. E nós o exerceremos até que haja mudança no rito, mudança no processo das medidas provisórias, nesse trancamento de pauta, que é ditado pelo Executivo, que coloca o Legislativo de joelhos. Que haja uma reflexão.

Nós, do Democratas, por intermédio do nosso Líder, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, estamos dispostos a conversar. E essa disposição para a conversa é o nosso trabalho de Oposição, e é no sentido de convencer a Situação de que isso é real, presente e necessário.

Se assim for, e não houver mais diálogo, continuaremos o nosso processo. Estamos nesse processo de obstrução. O encaminhamento e o nosso pedido é “não” para esse destaque.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Lira Maia.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diz um princípio didático de atividade que só se aprende a fazer, fazendo. Mesmo sem ser o Líder de plantão do Democratas, faço questão de continuar neste plenário para continuar esses debates.

Nós, da Oposição, que estamos num processo legítimo de obstrução, totalmente racional, fazemos questão de vir a esta tribuna para destacar que irracional é a atitude do Governo, que manda para esta Casa inúmeras medidas provisórias, desgastando, desmoralizando inclusive o advento da medida provisória.

Irracional é mandar para esta Casa crédito extraordinário para atividade de custeio do Ministério da Defesa; irracional e incompetente é a equipe de planejamento, que não tem condições de prever essas despesas no próprio Orçamento. Isso teria outra forma de vir para esta Casa: em forma de projeto de lei, com urgência constitucional, o que é uma prerrogativa do próprio Governo.

Irracional, Sr. Presidente, é mandar para esta Casa medida provisória plagiando a idéia brilhante de um Parlamentar do meu Estado do Pará, o Deputado Asdrubal Bentes, que teve uma idéia que, no mérito, é espetacular para a Amazônia, pois que abre oportunidade de os produtores rurais regularizarem suas terras.

Irracional é roubar uma idéia que já estava tramitando nesta Casa, inclusive em caráter terminativo, apenas nas Comissões. É isso que é irracional.

Quero solidarizar-me com o Deputado Asdrubal Bentes, do meu Estado, que fez o projeto. E olhe que S.Exa. é da equipe da base do Governo! Eu ficaria calado se fosse eu, ou um Deputado do Democratas, ou do PSDB, que tivesse feito esse



projeto. Até como forma de depreciar a idéia, talvez fizesse isso. Mas um Deputado da base merece, portanto, a nossa solidariedade. Aliás, o próprio PMDB está a dever ao Deputado Asdrubal Bentes, que cerra fileiras nesse partido, que tem sido correto no partido e com os propósitos e os acordos políticos feitos. E ele tem de ser respeitado também pelo Governo.

Minha solidariedade, portanto, ao Deputado Asdrubal Bentes.

Para encerrar, Deputado Ronaldo Caiado, queria dizer que na Escola de Agronomia eu aprendi que temporão é fruto dado fora de época. E discordo de V.Exa. quando disse que alguma coisa era banana. Banana não é temporão. Banana dá em qualquer época.

O nosso voto é “não”.



O SR. CELSO MALDANER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Orientação de bancada.

Como vota o Democratas?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, a orientação do partido, vou fazer já antecipadamente, é “não” — lógico. Mas o motivo maior de respaldar isso é a preocupação que nós estamos tendo com o fato de o Governo, a cada momento, ser repetitivo nessas agressões ao Parlamento. E o que mais nos preocupa nesta hora é o silêncio da base do Governo em não querer enxergar isso. Ou seja, está aí o problema. Ele parte de uma premissa errada para chegar a uma conclusão errada. Ele agora quer responsabilizar a não-votação. Ele não quer responsabilizar o número de medidas provisórias. Então, ele deixa o principal e quer criticar o acessório.

É impossível continuar com esse nível de debate! Nós precisamos chegar a um entendimento e acabar de vez com esse artifício criado pelo Executivo de desmoralizar a classe.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Democratas orientou “não”.

Como vota o PSDB?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB obviamente vota “não” por causa desse nosso processo de verificação.

Se o Governo não dá uma luz à base do Governo para nos ajudar a sair desse impasse... Se o Governo está aqui colocando sua base, lembro que a Oposição também está aqui. E a Oposição não tem ninguém para dizer: “*Olha, fui lá e votei contra*”. A Oposição faz uma resistência, a mesma resistência que



antigamente era feita contra um partido que tinha sido eleito também democraticamente.

Se a base do Governo quer um entendimento, não venha com a ameaça de que é preciso mudar o Regimento Interno. Está faltando diálogo, está faltando ceder em alguma coisa, e não ir ao Palácio do Planalto tomar bronca porque não se aprova. Ter maioria e vir para cá querendo descontar em nós, isto não!

Somos hoje Oposição. Podemos amanhã ser Situação e ter de negociar com a Oposição. Quem é Governo, quem tem maioria, é quem tem de agir.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSDB orientou "não".

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estive com o Deputado Marcelo Itagiba num debate sobre conjuntura na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, há 2 semanas, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e, depois, num almoço com oficiais, quando nos apresentaram a situação precária, do ponto de vista dos soldos, que as Forças Armadas enfrentam. E com razão.

O Deputado Itagiba reconheceu, por exemplo, que os patamares de Delegados da Polícia Federal são muito superiores aos da oficialidade das Forças Armadas. Claro que desejamos um futuro de paz e de justiça, e ditadura militar nunca mais! Isso espero esteja superado.

Agora, essa supressão proposta pela Oposição ao pretender retirar a possibilidade de recuperar imóveis, moradias para a oficialidade, isso não é adequado, porque é um elemento importante também para a boa condição de trabalho desses segmentos.



Portanto, somos contra esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSOL vota “sim”, pela manutenção do texto.

Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o dinheiro é destinado para várias coisas no Ministério da Defesa e no da Aeronáutica. Uma, que o Deputado Chico levanta, é até para reformar a casa dos oficiais. Talvez fosse melhor dar o dinheiro para o soldo. O Governo podia ter editado medida provisória em dezembro para aumentar o salário dos militares, que está absolutamente atrasado.

Isso aqui não é urgente e relevante. Isso pode ser objeto, sim, de projeto de lei. Para o salário, que está aí em discussão, poderia ter sido editada uma medida provisória lá em dezembro.

Em relação a essa mudança que se quer fazer no Regimento, é bom lembrar aqui que, quando foi mudado o Regimento para se limitar os destaques, ele foi mudado. O Presidente inclusive estava aqui. Houve um “apitação”; o pessoal do PT subiu aqui nas bancadas por causa da mudança do Regimento. Houve um movimento importante aqui. Agora, se mudarem o Regimento desse jeito, vai ter “apitação” de novo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PPS vota “não”.

Como vota o Bloco Parlamentar PMDB/PSC/PTC?

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente. Não queremos tirar dinheiro, que já é pouco, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Portanto, queremos votar “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PTB?

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PTB, Sr. Presidente, vota "sim", pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PP?

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós queremos votar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PV?

O SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem...

O SR. ZENALDO COUTINHO - Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Ah! desculpe-me!

Como vota a Minoria?

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este texto de medida provisória, com essas tabelas, é algo muito confuso, exatamente para que não haja entendimento desta Casa sobre as matérias a serem votadas.

Estão definidos os 49 milhões como despesas ordinárias; portanto, despesas que deveriam ser previsíveis, que deveriam estar no Orçamento, porque se trata de manutenção ordinária de imóveis, patrimônio, serviços. Na justificativa, dispõe-se que uma das alternativas para a destinação desses recursos seja a recuperação de



imóveis e de residências de oficiais das Forças Armadas. Mas não está esse texto vinculado à tabela. Portanto, é uma dedução que se faz, uma interpretação que se faz do confuso texto que alimenta, subsidia essa tabela.

Obviamente, não queremos ser injustos com as Forças Armadas, que precisam ter o reembolso de missões da aviação brasileira, e que têm também a necessidade de recuperação de imóveis. Mas o Governo deixa, com referência ao mérito, nesta hora, uma confusão absurda!

Como nós estamos em processo de obstrução, na verdade para que não haja descuido da nossa parte neste momento, mas também sem querer votar simplesmente “não” ao texto, insisto em dizer “confuso e de difícil interpretação”.

Vamos continuar em obstrução.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PRB orienta o voto “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Regimento, quando prevê a orientação... Orientação é orientação! Eu tenho percebido que, muitas vezes, na hora da orientação, faz-se a discussão, faz-se a explicação. Vejam: isso cabe ao encaminhamento, à discussão. Na hora da orientação, é “sim” ou “não”. O.k.?



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do texto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento de destaque de bancada do Democratas no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão ‘1166 — Turismo no Brasil: uma viagem para todos, valor R\$70.000.000,00’, constante do Anexo I da Medida Provisória nº 405/07 (pág. 35 do avulso)”.

Assina a Liderança do Democratas.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmermann. *(Pausa.)*

Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, entendo que, depois dos discursos inflamados que fazem parte dos momentos em que o diálogo infelizmente não consegue dar a tônica, o caminho e o norte para o entendimento, é importante fazer uma reflexão.

Temos 2 caminhos a seguir a partir de agora: o caminho de procurar a serenidade e renovar o voto de confiança na condução do Presidente da Casa, tentando a partir da semana que vem reiniciar os entendimentos para a construção de possível acordo, ou o caminho da chantagem de lado a lado.

Digo isso apenas por um motivo: fico extremamente preocupado quando ouço Líderes da base governista tratarem da possibilidade de mudar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Isso não apenas soa como, isso é uma chantagem. Isso só pode levar ao aumento da tensão que já existe nesta Casa.

Eu não sou contrário a discutirmos mudanças no Regimento que prestigiem a atividade parlamentar. Mas, antes disso, nós temos que mudar a Constituição no que se refere às medidas provisórias, porque esse, sim, é o verdadeiro mal que nos impede de legislar.

Por sinal, vale lembrar, Líder Zenaldo Coutinho, que na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara já está funcionando, ou deveria estar funcionando,



uma Subcomissão criada especificamente para analisar os projetos que tramitam nesta Casa com o objetivo de modificar o Regimento.

Nós fizemos um acordo para que a composição dessa Subcomissão da CCJ fosse paritária: metade de membros do Governo, metade de membros da Oposição. E partimos do pressuposto de que qualquer alteração regimental só valeria para a próxima Legislatura, para o próximo Congresso Nacional, a fim de que afastemos completamente o casuísmo.

Então, Sr. Presidente, faço aqui um apelo para que optemos pelo caminho da retomada do diálogo, e não pelo caminho da chantagem, porque, se for pela chantagem, estaremos...

(O microfone é desligado.)



O SR. BRIZOLA NETO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BRIZOLA NETO (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, votei com o partido nas votações anteriores.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. me garantisse os 3 minutos. Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam bem, a assessoria resgatou rapidamente um pronunciamento do Líder do Governo em 3 de março de 2002. O Líder do Governo dizia: *“A bancada do Partido dos Trabalhadores está tentando bloquear a votação da Medida nº 14. Vamos, sim, bloquear a votação. Vamos fazer uma guerra democrática neste plenário”*.

São palavras do Líder do Governo em 2002. É uma verdadeira metamorfose. É realmente uma mudança impressionante. Hoje, além de não aceitar a obstrução, quer caminhar para um movimento golpista de mudar o Regimento Interno. Vejam a que ponto nós chegamos.

Então, vejo este momento com muita preocupação. V.Exa, Presidente, deve ter sido informado de que no Senado sequer houve *quorum* para a sessão ordinária de hoje. A sessão no Senado caiu por falta de *quorum*. A reação no Parlamento é uma reação real.

Aqui, hoje, V.Exa., com o prestígio que tem com todos os Líderes da Oposição e da base do Governo, sabe que ainda consegue avançar no processo e que tem o apoio e o respeito de todos nós. Mas V.Exa. também sabe muito bem que, se não avançarmos no debate, no entendimento, de uma maneira respeitosa, para que prevaleça a tese do Parlamento e possamos resgatar a importância dessa instituição, caminharemos para algo em que não sabemos a que ponto vamos chegar.



Estamos criando um precedente gravíssimo, uma verdadeira crise institucional neste País. As oposições não vão ceder. Não vamos capitular nessa posição. É fundamental que tenhamos aqui uma posição definida, para o resgate da credibilidade do Congresso Nacional. Não seremos achincalhados nem continuaremos sendo tratados da maneira que estamos sendo tratados pelo Executivo.

Encerro, Sr. Presidente, encaminhando “não” à votação. Mas, antes disso, alerto todo o Parlamento para a crise grave para a qual estamos caminhando. Precisamos de uma sensibilidade maior da Liderança do Governo.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para orientação de bancada, PSDB.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos a favor do destaque e votamos “não”. Por quê? Porque é o tipo de medida que é previsível. Brasil, uma viagem para todos. Acho até que, no ano passado, era meio imprevisível. Não sabíamos se iríamos ou não embarcar, se o aeroporto estava ou não funcionando. Talvez fosse urgente fazer isso. Hoje até que normalizou razoavelmente.

A pergunta que faço por intermédio dessa ironia é a seguinte: alocar recursos para turismo é urgente e relevante? Será que a base do Governo não dá uma chacoalhada no Ministério do Planejamento e diz: *“Que vexame vocês nos fazem passar?”*

Se há dinheiro para turismo, é porque o Governo pensa diferente: *“Não, a obrigação dos Parlamentares da nossa base é votar o que a gente manda”*. Parece que estão dizendo assim: *“Vocês têm que votar assim porque nos devem”*.

Ora, cada um que está aqui foi votado, cada um que está aqui é líder local, é líder estadual. Tem que engolir uma coisa dessas? Não.

Vamos denunciar. Por isso, votamos “não”.

O SR. GUILHERME CAMPOS (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é questão sabida: obstrução. Estamos com a orientação “não”, mas estamos, só para lembrar, votando um destaque representativo. São 70 milhões de reais. São praticamente 3 Mega-Senas.



Temos um processo, mais uma vez, corrido, superficial, altamente comprometido, onde o dinheiro duramente arrecadado por todos aqueles que produzem no Brasil é destinado num piscar de olhos.

Estamos no processo de obstrução. Nós, democratas, mais uma vez, estamos abertos à negociação para que esse período tensionado, que está se acentuando com o tempo, tenha uma solução. Encaminhamos sempre para a negociação, para que o Congresso Nacional possa voltar a trabalhar e votar o que é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o papel do Congresso é destinar recursos orçamentários. Esse é o papel fundamental do Congresso. O Governo pede 70 milhões de reais. Levanta o Deputado Guilherme Campos que são 3 Mega-Senas acumuladas. A justificativa para os 70 milhões de reais são 2 linhas: *“Os recursos destinados ao Ministério do Turismo permitirão o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística e à promoção de eventos para promoção do turismo interno”*. São 2 linhas para pedir 70 milhões. Imaginem se qualquer parlamento do mundo vai votar a favor com essa justificativa?

Querem 70 milhões. *“Os recursos destinados ao Ministério do Turismo permitirão o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística e a promoção de eventos para promoção de turismo interno.”*

Somos obrigados a votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PMDB.



O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos aumentar para 500 linhas esse pedido.

O PMDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Liderança da Minoria.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, são 70 milhões de reais, cuja destinação é na mesma linha de medidas provisórias anteriores. Nem sequer se tem a consideração de especificar para o Parlamento.

Mais uma vez, os Deputados estão aqui a votar sem saber o que votam. São 70 milhões para infra-estrutura turística e eventos. Que eventos? Homenagear e saudar o caos aéreo? São 70 milhões inexplicados que vêm aqui para serem votados por nós. Precisamos ter maturidade, bom senso.

Base do Governo, Liderança do Governo, precisamos ter bom senso. Há demonstração evidente da inconstitucionalidade dessa matéria, que não é relevante, nem urgente, não é explicada, é mal explicada. Nem o texto que acompanha a tabela da medida provisória explica corretamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Minoria vota “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a manutenção do texto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Mantido o texto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento de destaque de bancada do PSDB no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, § 2º, combinado com o art. 117, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do Programa 1061 — Brasil Escolarizado, do Programa de Trabalho da Unidade 26298 — FNDE, constante do Anexo II da Medida Provisória nº 405/07 (pág. 42 do avulso)”.



O SR. MARCELO SERAFIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido na última votação da sessão anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Silvio Costa, que falará contra a matéria.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se há um ambiente no qual estão praticamente todos certos mas efetivamente existe algo errado, é este ambiente. A Oposição está certa quando quer complicar a vida do Governo, e a base do Governo está certa quando defende o Governo.

Sr. Presidente, chegamos aqui às 16h e são 22h35. Portanto, quase 7 horas. Ninguém no Brasil pode reclamar que nós não trabalhamos. A maioria está há quase 7 horas em pé. Em 7 horas, o que produzimos para o Brasil? Discutimos 9 requerimentos e 7 destaques. Foi o que produzimos para o Brasil hoje.

E de quem é a culpa? É nossa, é da base do Governo e da Oposição, porque todos nós concordamos que o Regimento é desatualizado. Por que não sentamos e, com responsabilidade, com maturidade, com respeito ao povo do Brasil, criamos urgentemente uma Comissão para discutir este Regimento?

Qual é a necessidade de, por exemplo, algumas matérias desta Casa terem votação nominal? Por que não repensamos a questão da votação nominal?

Fica a Oposição discutindo medida provisória. O povo do Brasil sabe que quem inventou a medida provisória foi a Oposição. A medida provisória é, sim, uma forma eficaz de governar. Sem medida provisória, como disse o Presidente Lula, é impossível governar.

Agora, é preciso que a Oposição, no mínimo, para o bem da nossa convivência, mude o discurso.



Eu contei, Sr. Presidente. Desde que cheguei aqui, em fevereiro de 2007, já ouvi 596 vezes a palavra inconstitucional por parte da Oposição.

Sr. Presidente, isso não é urgente.

Deputado, respeito V.Exa., que é um belo Parlamentar no sentido culto da palavra. *(Risos.)* V.Exa. sabe que a Oposição está passando dos limites da convivência democrática, do respeito pessoal.

Portanto, para concluir, faço um apelo. Sr. Presidente, pense seriamente — V.Exa. vai marcar seu mandato — em criar urgentemente uma Comissão para revisar este Regimento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agora tenho que me vingar. Até o Deputado Carlito Merss estava comemorando a ultrapassagem do tempo do Deputado Silvio Costa. O Deputado Luiz Couto também desta vez não se levantou da cadeira. O Deputado Devanir Ribeiro também não. Mas acho que foi bom para a nossa convivência aqui.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Emanuel Fernandes, que falará a favor da matéria. Acabou a moleza. É só para a base que eu dou tempo.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa é meu amigo. Não falaria em cima de S.Exa., mas lembraria que estamos há 6 horas discutindo uma medida provisória, é verdade, que abre crédito de 5,5 bilhões de reais, quase 1 bilhão de reais por hora. Isso mostra a degradação do Legislativo. O Governo quer que a gente decida 5,5 bilhões por sessão, e ninguém fala nada.

A segunda coisa, Silvio. Trata-se agora de um destaque sobre educação. V.Exa., que é professor, não falou sobre isto: estão tirando 49 milhões da educação. O Governo encontra o caminho fácil para editar medidas provisórias e resolver seus problemas. Não estou nem falando do Presidente Lula, estou falando do Governo em geral — acho que Lula quer que o Ministro resolva lá embaixo. Mas é um caminho muito fácil. Neste caso, é tão fácil quanto tirar doce de criança. Literalmente, neste caso, está se tirando doce de criança, porque está se tirando — atentai, como diria Mão Santa — o dinheiro da merenda escolar. Da merenda escolar. Apoio à alimentação escolar na educação básica.

Atenção, crianças que perderão o doce: as de Rondônia, 633 mil reais; as do Acre, 424 mil, 673 reais; as do Amazonas, 1 milhão, 531 mil reais; as de Roraima, 494 mil reais. E por aí vai, Sr. Presidente. Estamos tirando aqui doce das crianças.

O Governo nem se preocupa se a base tem que votar aqui ou não. Eu fico imaginando a Oposição, cada Deputado no seu Estado dizendo que está tirando dinheiro da merenda escolar daquelas crianças. Eu fico imaginando se, por acaso,



faltar algum centavo para as crianças em algum lugar do Brasil. Esta medida provisória está fazendo isso, e o nosso destaque é para recuperar esse dinheiro, para que fique a merenda escolar.

Espero que todos os Congressistas da base do Governo que estão aqui, que votaram, que ficaram até de madrugada agüentando a Oposição dêem um recado ao Governo: *“Olhe, a gente faz tudo, mas algumas coisas a gente não faz”*. Que demos uma surra no Governo para ele respeitar um pouco mais a sua base.

Não vamos tirar o leite da boca das crianças.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins, que falará contra a matéria. *(Pausa.)* Abre mão.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, que falará a favor da matéria.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem inventou a medida provisória foi a Assembléia Nacional Constituinte. No Império era o decreto imperial e tinha parlamentarismo; na República, o decreto-lei; na ditadura, o decreto-lei; nesta Nova República, medida provisória. Era para se implantar o parlamentarismo. Infelizmente, não foi implantado.

Quem não tem tolerância para o processo democrático não pode participar do Parlamento. Esta é a Casa da tolerância e do entendimento nacional. A responsabilidade da Oposição é tão grande quanto a do Governo. A nossa responsabilidade é muito grande. Isso não acontecia quando éramos Governo. Havia ações muitas vezes irresponsáveis por parte da Oposição ao Governo passado.

Hoje, nós somos uma oposição responsável, tanto é que este destaque é para proteger a educação, a merenda escolar, a comida de milhões de crianças, em todo o Brasil, especialmente no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste — Pará, Piauí, Maranhão, Amazonas, Acre, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Bahia. Quarenta e nove milhões estão sendo retirados. Noventa e nove por cento dos Parlamentares não sabiam disso. Nós estamos na Oposição protegendo o interesse nacional.



Dessa maneira, Sr. Presidente, eu estou achando uma delícia essa discussão de mexer no Regimento Interno. Olha que fui Líder e Vice-Líder do Governo anterior, quando o PT era Oposição. Mexam, sim, no Regimento. Tirem o poder da Oposição. Daqui a pouco, nós estaremos no Governo e V.Exas. verão o que é bom para a tosse. Mexam no Regimento. Com a sabedoria de sempre, Miro Teixeira já percebeu isso e sinalizou para os celerados que, se mexermos no Regimento... O futuro chega tão rápido. Estou aqui há 17 anos e 3 meses. Já vi Governos caírem, serem cassados. Particpei, cassei. Estamos aqui. Então, o tempo vai dar razão. *(Risos.)*

Eu quero dizer que esta medida... Quem votar contra a retirada deste destaque é contra a educação. Como não têm sensibilidade, ontem, V.Exas. derrotaram, por pura birra, uma emenda valorosa para os trabalhadores.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Peço a palavra para orientar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem a palavra V.Exa. para orientar a bancada do Democratas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Antes, deixe-me só fazer-lhe uma pergunta pública: não haveria um jantar hoje para comemorar 1 ano do Democratas, e para o qual fui convidado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Haveria e haverá, Sr. Presidente; inclusive, peço desculpas ao Deputado Osório Adriano, nosso anfitrião na noite de hoje, mas certamente S.Exa. sabe que estamos aqui cumprindo nosso dever democrático. Daqui a pouco vamos para o jantar, Sr. Presidente, e V.Exa. vai ser muito bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que queremos com esse destaque é apenas garantir que não vai haver prejuízo para os recursos da merenda escolar de milhares de crianças e jovens brasileiros.

Ora, há dinheiro para tudo neste País. Para tudo! Em boa parte as medidas provisórias de crédito extraordinário são editadas para destinar recursos para obras eleitoreiras que acontecem nos 4 cantos do Brasil. E o que o Governo propõe nessa medida provisória que abre crédito de nada mais, nada menos que R\$5,5 bilhões?



Se ele tem R\$5,5 bilhões de reais para tanta coisa, por que não pode garantir, assegurar os recursos da merenda escolar, da educação, que não pode esperar no Brasil?

Então, em defesa da educação, Sr. Presidente, nós somos favoráveis a esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSDB?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é realmente assustador: R\$49 milhões! Com R\$49 milhões de reais se compram uns 60 milhões, 70 milhões de litros de leite! Pode-se comprar muita coisa com R\$49 milhões, coisas relevantes, importantes para a cidadania.

Agora, além disso, há o fato de que não há critério. Precisa-se de dinheiro? Não há critério! Tire-se daqui, tire-se dali, tire-se de acolá, tire-se inclusive da merenda escolar!

Falta conceito. Mesmo quando se faz isso — em qualquer política, boa política — de retirar recursos de uma área e remanejar para outra, procura-se fazer de forma seletiva, não indiscriminada, indistintamente. Do jeito que está proposto nessa medida provisória, é inaceitável.

Por isso, o voto do PSDB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

Como vota o PSOL?

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós entendemos que retirar recursos da educação, em especial da alimentação escolar, como propõe a medida provisória, não é uma boa alternativa, seja lá qual for a destinação desses recursos.



Por mais justa que seja a destinação dos recursos, a educação e a alimentação escolar sempre terão que obter prioridade.

Por isso, o PSOL é favorável ao destaque, e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSOL vota “não”.

E o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, esse destaque suprime recursos da alimentação escolar para destinar àquelas outras áreas que criticamos aqui. Esses recursos vão para onde? Para o Pacto Andino, para a extinção do DNER, para vários locais.

Não há lógica nenhuma em o Governo tirar dinheiro da alimentação escolar sabendo que os Municípios do Brasil já recebem uma insignificância para cuidar de cada aluno. Falta dinheiro para a alimentação escolar em todo o Brasil. Todos os Municípios do Brasil têm dificuldades porque recebem uma esmola *per capita* por aluno. Então, não podemos, em hipótese nenhuma, pensar na possibilidade de tirar recursos da alimentação escolar.

O PPS, portanto, quer suprimir o texto, e encaminha o voto “não.”

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PPS vota “não”.

E o Governo?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Muito bem.

Ouçamos o voto da Minoria.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, R\$49 milhões subtraídos da merenda escolar, num País



em que ainda há muita subnutrição, muita pobreza, muita necessidade de alimento básico para a vida dessas crianças?! Meu Pará, por exemplo, um Estado extremamente carente, está perdendo R\$700 mil de merenda escolar! É estranho que isso venha ao Plenário quando se discutem tantos milhões!

Tirar dinheiro da comida das crianças, da alimentação das escolas, da merenda escolar espalhada no interior do Brasil é um absurdo que não podemos conceber. E nesta hora nem se trata de Oposição ou Governo, de procrastinar ou de obstruir nada. É um alerta! Vamos acordar, despertar!

Nós achamos muito estar há 7 horas discutindo? O trabalhador comum brasileiro, o operário da construção civil passa no mínimo 8 horas trabalhando sob sol e sob chuva, e não reclama porque tem seu pequeno salário no final do mês! E nós que somos bem remunerados vamos discutir mudança de Regimento porque estamos a debater por 7 horas?! Isso é inadmissível!

Por isso, encaminhamos o voto “não”.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para esclarecer: é triste ver ex-Prefeito, como é o caso do meu querido amigo Deputado Emanuel, dizer que estamos tirando neste momento dinheiro da merenda escolar. Não é isso o que acontece. Na prática, trata-se de um reordenamento do Orçamento. Não se está tirando leite de ninguém. Não se está tirando recurso da merenda escolar. Está-se acertando o Orçamento.

Por isso, Sr. Presidente, o PT quer fazer este esclarecimento, porque há uma falsa discussão, uma falsa afirmação, e o Brasil está assistindo a isso, sob a ótica de que o Presidente Lula, com essa medida provisória, está tirando dinheiro da merenda escolar, o que não é verdade.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PT vota "sim".

Como vota o PTB?

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PTB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PTB vota "não".

Como vota o PP?

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PP vota "sim".

E o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - E o PV?

O SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV vota "sim".



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ESTÁ MANTIDO O TEXTO.



O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP.) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA.) - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação conjunta concedida.



O SR. EMANUEL FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EMANUEL FERNANDES(PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB não “duplipensa”. Retirar é retirar.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB indica o voto "sim".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Democratas está em obstrução.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSDB está em obstrução.

O SR. SÉRGIO MORAES - O PTB vota "sim".

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PRB recomenda o voto "sim" e convoca todos os Parlamentares a se fazerem presentes no plenário para procederem à votação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

Ouçamos o PTB.

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente. O PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PTB vota "sim".



O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria reorienta para obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PPS está em obstrução.



O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei a bancada na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na sessão ordinária.



O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, quero aqui fazer minha manifestação favorável ao Presidente Lula por encaminhar a este Congresso as medidas provisórias necessárias para o desenvolvimento do Brasil. Não adianta o Democratas e o PSDB ficarem fazendo comparativos, dizendo que o Presidente Lula está editando mais medidas provisórias do que Fernando Henrique, porque, na verdade, mesmo que o Presidente Lula estivesse editando mais medidas provisórias, naturalmente é porque está trabalhando por este País. O Governo do PSDB durante 8 anos não fez nem a terça parte do que o Presidente Lula já fez.

Se dependêssemos de dar dinâmica ao PAC por meio de projeto de lei, um Estado como o Pará estaria numa situação muito difícil. Cito um exemplo muito concreto, do Orçamento deste ano, que só foi sancionado agora, em março. Para V.Exas. terem uma idéia, tivemos, aprovados no Orçamento, para conservação de rodovias federais no Estado do Pará, R\$27 milhões. A necessidade chega quase a R\$100 milhões! Ano passado foram liberados R\$80 milhões, e a maioria desses recursos por meio de medidas provisórias, porque na maioria das vezes um projeto de lei passa de 4 a 6 meses neste Congresso. Esse é o período que temos para trabalhar na Amazônia e no Norte do País.

Sr. Presidente, só mais um minuto.

Portanto, o desespero da Oposição é exatamente porque o PAC está apenas começando, Sr. Presidente, e o Presidente Lula, em Estados como Pernambuco, já



chega a 90% das intenções de voto. Imaginem em 2010, quando o PAC estiver na sua plenitude, como vai estar a situação do Democratas e do PSDB, que hoje fazem oposição!

Falam das medidas provisórias, mas na verdade não querem ver o Governo dar certo.

Era isso.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só pedi a palavra a V.Exa. para mais uma vez, em nome da Liderança do Governo, agradecer a toda a nossa base e a todos os Líderes da nossa base o trabalho coletivo e reafirmar meu respeito pela Oposição, que está neste Parlamento exercendo seu legítimo direito de obstruir.

Nós vamos continuar lutando para votar as medidas provisórias porque queremos abrir a pauta para votar outros temas de interesse do País. Criticamos, evidentemente, a obstrução, mas respeitamos esse direito democrático que a Oposição tem.

Agradecemos profundamente o esforço e a dedicação a toda a nossa base, que construiu uma grande vitória hoje, aprovando essa medida provisória.



O SR. JOSÉ ANÍBAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero registrar que o voto “sim” é o voto contra a merenda escolar.



O SR. SARNEY FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista que os membros do Partido Verde que estão presentes aqui em Brasília já votaram, nós vamos transformar nossa orientação em obstrução.



O SR. LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a onda de brasileiros detidos em aeroportos na Europa continua. No domingo passado, domingo de Páscoa, 10 brasileiros foram detidos no Aeroporto de Lisboa, e nós já entramos em contato com o Consulado e com o Embaixador de Portugal para verificar a situação.

As pessoas saem daqui com toda a documentação e ao entrarem em alguns aeroportos, antes na Espanha, agora em Portugal — parece que a história da xenofobia vai crescendo cada vez mais na Europa —, ficam detidas nos aeroportos sem as mínimas condições de cortesia, sob desrespeito, sob preconceito, e isso nós não podemos aceitar. Eu vou entrar em contato com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil para que faça um protesto contra essa detenção arbitrária que acontece com amigos nossos, companheiros nossos do Brasil. Recebi inclusive correspondência nesse sentido. Entrei em contato hoje também com brasileiros que se encontram em Portugal e que mantêm uma associação, para que dêem a devida assistência àqueles que estão sendo vítimas desse processo.

Aqui nós tratamos todos muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANGELO VANHONI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, nas votações anteriores, acompanhei o voto do PT.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Muito bem.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, está evidente a falta de *quorum*.



O SR. MANATO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANATO (Bloco/PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os Auditores Fiscais do Trabalho, juntamente com os Auditores da Receita Federal do Brasil, iniciaram, no dia 18 de março passado, uma mobilização nacional para reivindicar mais respeito, dignidade e melhores condições de trabalho.

O respeito que pretendem conquistar refere-se ao reconhecimento pelo Governo Federal da importância da carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho para o equilíbrio das relações brasileiras de trabalho.

Podemos afirmar com toda certeza que os Auditores Fiscais do Trabalho têm papel importantíssimo na busca desse equilíbrio, aproximando homens e mulheres, trabalhadores dos direitos que lhes são reconhecidos pela ordem jurídica pátria. Nenhuma outra carreira no serviço público tem contato tão direto com os trabalhadores.

De fato, a presença dos Auditores Fiscais do Trabalho se faz visível em diversas frentes: no combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo e degradante, no combate à informalidade, no apoio às vítimas constantes de discriminação, além de muitas outras.

Decidimos assomar à tribuna para essa referência não só por respeito a essa categoria de servidores públicos, mas também porque conhecemos o nome, o rosto e as mãos dos trabalhadores brasileiros. E respeitamos todos aqueles que lutam por tão nobre causa.



Esperamos que o Governo Federal se sensibilize com o movimento, cumprindo com os compromissos sinalizados durante os mais de 6 meses de negociação já havidos.

De nossa parte, colocamo-nos à disposição da categoria e do Governo para mediação desse impasse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de convocar, convidar os companheiros do Partido Progressista que ainda se encontram na Casa para virem ao plenário votar, porque estamos concluindo a votação dessa medida provisória.

Seria interessante que todos que estão nos gabinetes viessem urgentemente ao plenário para concluirmos a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MARCELO SERAFIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco convoca todos os Parlamentares a virem ao plenário votar. Faltam apenas 9 Deputados para completar o *quorum*.

Fazemos um apelo a todos para que venham rapidamente ao plenário para proceder à votação.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB igualmente formula o mesmo apelo.

Aos Deputados e Deputadas do PTC e PSC que estejam na Casa, aviso que estamos concluindo a votação dessa medida provisória, e é importante a presença de cada um.

Encaminhamos o voto "sim".



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorginho Maluly. *(Pausa.)*

Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Deputado Biscaia. *(Pausa.)*

Deputado Zonta. *(Pausa.)*

Deputada Manuela d'Ávila. *(Pausa.)*

Deputada Jô Moraes. *(Pausa.)*



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base governista está tendo que buscar Parlamentares nos hotéis e nos apartamentos, e realmente precisamos prever o horário de encerrar a votação. Já estamos com 253 presenças.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em homenagem ao aniversário do Democratas, podemos ir até meia-noite, com toda tranqüilidade.

Faremos uma homenagem clara aqui aos democratas a partir da meia-noite.

Vamos prosseguir hoje.



O SR. GLADSON CAMELI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GLADSON CAMELI (PP-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, só para justificar: votei com o partido na última votação.



A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Caiado recebe hoje os nossos cumprimentos. A existência de um partido político neste País é sempre uma comemoração da democracia, em que pesem todas as nossas diferenças políticas programáticas, estratégicas e táticas. Tenho certeza de que V.Exa. se apressará a ir comemorar essa importante data.

Mas, Sr. Presidente, estive hoje na posse do Ministro Gilmar Mendes no Conselho Nacional de Justiça. Escutamos da Ministra Ellen Gracie um pleito, dirigido a V.Exa. Considerei o registro e o pedido de S.Exa. algo muito importante para a democracia. Dirigia-se a este Poder solicitando que esta Casa apreciasse uma peça jurídica que interessa à Suprema Corte do País.

Digo isso, Presidente Arlindo, porque fico a me perguntar: aqui não se trata de restringir o direito legítimo de a Oposição realizar a sua atividade. Aqui não se trata de dar à Maioria as devidas condições.

O SR. RONALDO CAIADO - Até que enfim, alcançamos o *quorum*. (*Palmas.*)

A SRA. JÔ MORAES - Neste momento, eu interrompo a minha palavra para que V.Exa. possa dar fim àquilo que é necessário.



O SR. MARCELO SERAFIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco muda orientação para obstrução.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero mudar o painel. O meu partido, a partir de agora, entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PP está em obstrução.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido da República está em obstrução.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PSB/PDT/PCdoB entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Bloco em obstrução.

Como vota o PR?

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PTB em obstrução.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido da República também entra em obstrução.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB, Sr. Presidente, muda orientação de "sim" para obstrução nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PMDB mudou para obstrução.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Resultado da votação: “sim”, 245; “não”, 10; abstenção, 2. Total: 257.

FOI MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação passada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, votei com o meu partido.

O SR. COLBERT MARTINS - Esta é a verdadeira obstrução do aniversário do Democratas, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. *(Pausa.)*

Para encaminhar, Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos no último requerimento desta medida provisória. Nós vamos discutir a redação final.

Trata-se de um ponto importante para que toda a sociedade tome conhecimento de medida provisória que, sem dúvida alguma, além de agredir o Parlamento, agrediu duramente as crianças brasileiras, que foram privadas de ter a sua merenda escolar garantida, quando o Governo preferiu retirar o dinheiro da merenda escolar e repassá-lo para o DNER, extinto há 7 anos, passar o dinheiro exatamente para a promoção de eventos, colocar dinheiro em outras rubricas para a parte de gastos internos dos Ministérios.

Isso realmente mostra quanto nós prejudicamos, hoje, as crianças carentes, que estão sendo comprometidas, pela falta de atenção do Ministro da Saúde, por doenças como beribéri, tuberculose, anemia em fase avançada, reincidência de lepra. Cada vez mais, nós estamos vendo serem disseminadas a malária, a febre amarela, a dengue em todo o País.

Isso tudo porque o Governo prefere manter essa mordomia, essa estrutura da base do Governo, que realmente é mantida com essas medidas provisórias, que vêm alimentando essa máquina que está sendo extremamente perdulária e duramente penalizadora do cidadão brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, esta Casa e as oposições vão-se manter de pé, resistindo até as últimas horas, para podermos fazer com que tenhamos



oportunidade de votar temas relevantes, como o da saúde, da educação, da segurança pública. E, de uma vez por todas, desprezarmos algo que tem diminuído a Casa, os Parlamentares, o debate, as idéias, como têm feito as medidas provisórias.

Sr. Presidente, o fato é tão grave que aqui temos vários Parlamentares da base do Governo, mas nenhum, hoje, comemorou o Plano de Renegociação da Dívida dos Agricultores. Nem os pequenos produtores rurais. Ninguém no Brasil. Foi uma decepção geral, uma frustração completa. Não há sensibilidade para quem trabalha, para quem produz, mas a sensibilidade é grande para atender à máquina, á ganância e à garganta profunda do Governo, bem como dos cartórios e do Sistema Financeiro Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, encerro dizendo que nossa posição é “não”.



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado José Genoíno, pelo amor de Deus! A esta altura! Vamos lá.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Claro. A essa altura, não conta tempo para obstrução, e eu tenho o direito de falar.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado que me antecedeu pela maneira criativa com que fez o encaminhamento de redação final. Esta Casa vai construindo uma praxe, um modo próprio de trabalhar com Regimento, nós inovamos.

Agora, a inovação é o encaminhamento de redação final. Uma redação final, todos sabem, normalmente é votada com o Presidente anunciando a matéria, mas estamos fazendo esse processo.

Quero chamar a atenção, e me somo ao Deputado Miro Teixeira, que não vou, Deputado Caiado, fazer proposta de mudança de Regimento. O problema não é o Regimento, o problema é que se constituiu uma praxe na maneira de interpretar a prejudicialidade, o término das sessões, o papel das Lideranças e a quantidade de requerimento. Esta Casa vai ver que, na hora em que deixar de ter medida provisória trancando a pauta, se houver um projeto de lei aqui complexo, sem urgência, aí nós vamos ver o que é obstrução. A obstrução não é à medida provisória; a obstrução é a esta maneira pela qual o Regimento não está fazendo a Casa funcionar. Nós estamos hoje a noite inteira discutindo requerimento. Virou um Parlamento de requerimento, não é um Parlamento de mérito, de posição política.

Eu fiz muita oposição política aqui na Minoria, mas puxávamos debate. E eu fiz oposição, Deputado caiado, com Luís Eduardo presidindo esta Casa. Uma hora



vou usar o Grande Expediente para ler todas as decisões da Mesa presidida por Luís Eduardo, e V.Exa. era liderado por ele e sabe com que maneira ele dirigia a Oposição, inclusive, os famosos DVSSs, as famosas medidas provisórias, que não separavam, como parte autônoma, de admissibilidade e urgência urgentíssima o conteúdo. Todas essas coisas vamos discutir, eu vou discutir. Acho que o problema não se trata de mudar o Regimento, porque concordo que mudar o Regimento num momento de tensão não dá. Agora, eu também não vou mudar o Regimento para ele entrar em vigor 2011. Ingenuidade na política não se percebe, e a Oposição está ensinando isso para nós.

Não sejamos ingênuos, há uma disputa política. A Oposição, legitimamente, quer desestabilizar o Governo Lula usando a obstrução legítima no Parlamento, mas o alvo é o Governo Lula e, para isso, quer estragar e desgastar o Parlamento. Eu tenho noção, porque aprendi a duras penas, que a luta política tem luta de classe, tem luta de projeto, e estamos vivendo a agudeza dessa luta política.

Por isso, aproveito este momento para falar sobre a redação final dessa medida provisória.

O voto é a favor, Sr. Presidente.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, Democratas.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós ouvimos aqui o Deputado que me antecedeu dizer que nós discutimos requerimentos. Sr. Presidente, nós discutimos 7 destaques à matéria, do corpo da medida provisória. Será que não são relevantes todos esses requerimentos?

Todos nós aqui nos posicionamos a favor ou contra, com argumentos, dizendo do absurdo de constar aquilo como matéria de uma medida provisória. Isso não é importante? Discutimos uma medida provisória de 5,5 bilhões de reais, e V.Exa. deseja que seja em rito sumário? Que seja cartório de registro o Parlamento brasileiro? Que aquilo que foi apresentado e encaminhado a esta Casa não possa ser sequer destacado por nós? Discutido por nós?

Quanto ao Regimento, agradeço a posição de V.Exa. e tenho certeza de que V.Exa. não endossaria um golpe — porque seria visto dessa maneira — não só às oposições, mas à democracia brasileira.

Para orientar a bancada, a nossa votação é “não”.

A posição da Mesa em aceitar todos esses requerimentos, todos esses destaques que foram apresentados, sem dúvida nenhuma, trouxe ao Parlamento a oportunidade do debate, do campo das idéias. É exatamente no campo raso da democracia que devem prevalecer as idéias e a vontade da maioria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que este momento é importante para essa reflexão. E essa reflexão é a seguinte: estamos terminando uma sessão que teve início às 16h. A maior parte do tempo — que se pode calcular — desta sessão prendeu-se a requerimentos de retirada da pauta, de adiamento da votação, requerimentos, o que é legítimo a Oposição fazer isso.

Deputado Ronaldo Caiado, quando eu fazia oposição, e era Minoria, e V.Exa. era Maioria aqui, e sabe disso, V.Exa. sabe o que aconteceu com o DVS, e como a Oposição fazia com o DVS. Foi exatamente uma mudança no Regimento, patrocinada pela Maioria, da qual V.Exa. fazia parte, que eliminou a quantidade de DVS. Isso não era golpe, foi a mudança de DVS, e aquela mudança de DVS foi uma mudança no Regimento. Não estou chegando a esse ponto, mas a uma situação em que possamos ter uma relação civilizada na maneira de encaminhar as polêmicas. Quem achar que esse processo que estamos vivendo na Câmara dos Deputados tem racionalidade para disputa política é só olhar a história do Parlamento dos últimos 10 anos, principalmente da Constituinte para cá.

Portanto, reafirmo que devemos gastar mais tempo com o mérito e não com os procedimentos. Estamos gastando mais tempo com os procedimentos.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, PSDB.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o pecado mora na cabeça do homem. Deputado José Genoíno, quem gostaria de estar aqui às 23h20min...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nós. Fiquei de madrugada aqui.

O SR. EMANUEL FERNANDES - ...na Oposição, querendo fazer oposição? O grande problema — e a sua resposta já me dá a resposta — é que não querem ouvir, não querem entender, não querem saber por que fazemos oposição. Nós não queremos ir para o céu mandando o outro para o inferno. Para derrubar a ditadura usamos da ignorância; usamos a ignorância para derrubar a ignorância. Porém, uma vez restabelecida a democracia, e o Fernando Henrique foi eleito democraticamente, a Oposição dura, intransigente — passei aqui um certo tempo —, era uma Oposição que não queria nem saber do Brasil. Vinha aqui, descia o cacete no Governo, saía para falar na televisão. A mão que bate esquece, a cara que apanha, jamais.

Queremos criar um clima civilizado e esperamos que pelo menos isso se reconheça, e não usar a mesma tática de antigamente de tentar desmerecer o adversário para crescer. Só vamos crescer quando todos nós reconhecermos — vocês são adultos, nós somos adultos — que queremos valorizar o Parlamento. Se não for por aí, se não deixarmos essa dialética da idiotice, como eu chamo, nós não vamos avançar, porque o Governo cresce, mas todos nós do Parlamento estamos caindo.

Votamos “não” à Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota a Liderança do Governo?



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, ao encerrar uma noite positiva de debate, de reflexão, de enfrentamento democrático, quero apenas corrigir uma questão que me parece equivocada, apresentada ao debate pelo Deputado Caiado, ao final da noite.

Se eu, que faço parte de um Governo que neste momento tem maioria constituída democraticamente, entendo que para defender o Parlamento, como propõe V.Exa., é preciso mudar de forma pactuada a tramitação das medidas provisórias, não posso chamar de golpe uma alteração do Regimento, porque também não é golpe mudar a tramitação das medidas provisórias.

Eu poderia chegar aqui e dizer o seguinte: o Presidente Lula foi eleito com 60 milhões de votos nesta regra do jogo. Eu poderia dizer que não vai mudar a medida provisória como V.Exas. não mudaram quando tinham maioria e eram Governo. Mas o que quer o nosso Governo? Quer um ambiente democrático no País. Agora, não vamos aceitar que a crítica que fazemos ao Regimento ultrapassado, paralisante da Casa seja chamada de tentativa de golpe. Então, devagar, Deputado Ronaldo Caiado, devagar com o andor! Nós aqui somos democratas para mudar a tramitação de medidas provisórias e para mudar o Regimento, se for preciso, para proteger o Parlamento.

Vamos discutir com abertura todos os temas. Aqui, ninguém ensina para ninguém lição de democracia ou de autoritarismo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou colocar a matéria em votação e ao final farei um comentário.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero comentar o seguinte: mesmo sendo Parlamentares do mesmo partido, neste debate final, percebemos diferenças. Há quem diga que o Regimento está sendo interpretado de maneira equivocada e há quem defenda mudança no Regimento.

No que diz respeito à interpretação do Regimento apenas vou responder quando for explicitado, até porque temos absoluta segurança em relação àquilo que estamos interpretando e fazendo. E todas as questões de ordem foram respondidas.

Quando a Mesa, porventura, não contemplar na resposta da questão de ordem formulada, como sempre, em plenário, cabe recurso à CCJ. Eu creio que dessa maneira, de um lado, garantiremos aquilo que é democrático. O Regimento é igual para todos.

Quanto a eventuais mudanças, quero esclarecer também que nós passamos, no Colégio de Líderes, a todos os Líderes, um estudo feito pela assessoria — que num dado momento até interpretaram que era da Mesa, mas não foi trabalho da Mesa —, até para ver quais pontos eram gargalos do ponto de vista do funcionamento da Casa.

Esse debate não é ruim. Ele é bom. O que eu acho que não seria conveniente é qualquer um de nós termos a atitude conjuntural, para não falar da conveniência. Ou seja, eu defendo, por exemplo, a agilidade do Parlamento, o direito de a minoria se expressar. Não é defensável que um acordo internacional fique 6 anos, ou mais, ou em torno disso, para ser votado na Câmara, e assim por diante.

Eu acho que dessa forma todas as propostas serão bem-vindas. Esse debate também não pode ser trancado por uma idéia de que estejamos aqui uns contra os outros armando golpes. Não é. Não estou me referindo especificamente a nenhum



Parlamentar, porque estou aqui defendendo o meu papel, inclusive. Estou falando por fim, na qualidade de Presidente da Câmara.

Eu defendo, por exemplo, que medida provisória não tranque mais a pauta, porque, primeiro, não é necessário; segundo, atrapalha. Nós, 8 meses atrás definimos 5 prioridades. Votamos apenas uma, a regulamentação da Emenda nº 29. É claro que não é só por causa de medida provisória, existe uma porção de elementos. Agora, se pudermos aprimorar, vamos fazê-lo, democraticamente.

Enfim, eu acho que esse debate é bem-vindo.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Item 2.

Medida Provisória nº 406, de 2007

(do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.250.733.499,00, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Retirada de pauta.

Requeiro a V.Exa., nos termos do inciso VI do art. 117, combinado com o item 1, alínea ‘b’, inciso II, do art. 101 do Regimento Interno, a retirada de pauta da Medida Provisória nº 406, de 2007”.

Assina a Liderança do PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao nobre Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as câmeras da *TV Câmara* mostram o porquê desse requerimento. Sobramos nós aqui; os outros Deputados foram todos embora. Como a próxima medida é relevante, é urgente, não podemos nós aqui tratar disso. Temos que valorizar. Por isso queremos retirar essa matéria de pauta. Não vai atrasar muito ler o relatório na próxima sessão. Para quê ficarmos aqui, a Oposição ficar aqui marcando para ver se o Governo vai fazer alguma coisa ou não? Nem a base do Governo. Isso fica para depois. Os democratas têm um aniversário para comemorar.

Acho que seria um bom gesto do Governo retirar a matéria de pauta.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Primeiro, quero fazer aqui um raciocínio coletivo. A sessão só termina a 0h05min. Para encerrarmos a sessão agora só sob acordo. Eu indago então se haveria acordo para encerramos a sessão. As matérias pendentes passariam para a sessão de amanhã.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que o Governo quer criar um ambiente de diálogo e negociação. Agora, o Governo tem sido duramente enfrentado por uma Oposição que está fazendo uma obstrução de intransigência total. Hoje não teve refresco de 10 segundos em nenhum dos tempos da Oposição. Por isso temos agora aberta — quem acompanha a sessão da Câmara percebe o que se trata — a possibilidade de derrotar um requerimento de retirada de pauta, de ler o relatório. O Relator está aqui até esse momento aguardando. De um ambiente global de oposição que obstrui de forma intransigente e irracional, no meu ponto de vista, isso significa o Governo ganhar talvez 1h, 1h30min no próximo enfrentamento. Imagino que na sessão seguinte a Oposição vai colocar todos aqueles requerimentos tradicionais.

Então, pergunto à Oposição se aceita, também num gesto de boa vontade, retirar alguns desses requerimentos preliminares na votação dessa medida provisória na sessão de amanhã.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Realmente o Governo nunca dá nada. Não aprendeu na oposição. Quer alguma coisa, desde que ganhe outra. Isso não é sinal de boa vontade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Bem, então vou seguir a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, que falará a favor da matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que o Líder do Governo e um ex-Deputado da base do Governo que me antecedeu têm conhecimento de que, numa hora dessas, com no máximo 10 a 12 Parlamentares no plenário, querer a leitura do relatório de um projeto de conversão de medida provisória é total desrespeito com o Parlamentar Relator.

Acredito que o Parlamentar estudou a matéria, buscou redigir um texto que pudesse ter, se não consenso, pelo menos o apoio da maioria, e, de repente, às 23h30min, com a presença de 5 ou 6 Parlamentares, num Plenário de 513, a base do Governo quer expor o Relator a esta situação que é próxima do ridículo, ou seja, ler um projeto de conversão de uma medida provisória com 5 Parlamentares no plenário! Ora, se o Governo quer impor esse constrangimento ao Relator, que imponha. Se eu fosse Líder, eu protegeria o meu Parlamentar, eu protegeria o Deputado, eu não deixaria que fizesse esse papel ridículo a essa hora da noite. Trata-se de um Parlamentar preparado, articulado, inteligente, que poderá participar de um debate com o plenário cheio, dirimir dúvidas, debater pontos sobre os quais não haja concordância, sensibilizar, ganhar adeptos na votação, com seu discurso.

De repente, o Governo querer expor, para dizer que vai ganhar algumas horas, como se isso fosse uma corrida de automóvel, como se aqui estivéssemos competindo para saber quem chega em primeiro lugar ou quem ganha 1 minuto a mais, em detrimento do debate, que é, sem dúvida nenhuma, o objetivo principal da democracia?



Sr. Presidente, nosso encaminhamento é exatamente em apoio ao requerimento de retirada da matéria. Não vemos a menor condição de ser diferente. Mas se essa for a decisão do Governo, assim será, vamos continuar o debate aqui até a hora que for preciso, até a hora em que nos derem a oportunidade de votar mais um requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como votam os Srs. Líderes?

(Pausa.)



O SR. EMANUEL FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Relator pode pedir um prazo, para não ficar nessa situação. Ganhar 30 ou 40 minutos, após uma árdua batalha, como a que tivemos hoje.

Acho que ficaria bem para a Casa e para o próprio Relator que S.Exa. se privasse de ler seu relatório com o plenário vazio. Acho um desprestígio ao nobre Parlamentar que está chegando.

Seria de bom alvitre, para todos nós, que V.Exa. fosse à festa do Democratas.

O SR. GUILHERME CAMPOS (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Fernando Coelho Filho, o mais jovem neste plenário, debruçou-se sobre o assunto e tem a oportunidade de relatar um projeto tão grande como este.

E repito as palavras do Líder Ronaldo Caiado: Se fosse Líder, protegeria o meu liderado. É um desprestígio para quem está aqui, preparado para defender sua tese, ver o plenário vazio, totalmente sem concentração. Estamos aqui discutindo ao vento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento de retirada de pauta permaneçam como se acham.

(Pausa.)

REJEITADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao nobre Deputado Fernando Coelho Filho. *(Pausa.)*



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que realmente o nobre Relator lesse na íntegra o seu projeto de lei de conversão.

Da vez anterior, a Mesa alegou intempestividade no momento em que requeri a leitura na íntegra, já que o Relator havia lido apenas parte do voto, sem conclusão do texto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao nobre Deputado Fernando Coelho Filho.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB-PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Nos termos do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 188, de 2007 (nº 1.000, de 2007, na origem), a Medida Provisória nº 406, de 21 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.250.733.499,00 para atender à programação constante dos Anexos I e III da medida provisória.

No quadro abaixo, especifica-se a distribuição dos recursos e sua origem, previstos na Medida Provisória nº 406, de 2007, entre os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo.

A tabela está em anexo.

Os recursos necessários à abertura do crédito extraordinário em análise decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$491.848.337,00, sendo:

a) R\$485.450.918,00 de Recursos Ordinários;

b) R\$6.395.419,00 de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — Combustíveis.



O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que o nobre Relator lesse na íntegra. S.Exa. pulou todo o término da página 1, a 2 e metade da página 3. A tabela da distribuição do repasse à Presidência e aos demais órgãos atendidos pela medida provisória não foi citada por S.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, o Líder do Democratas já leu todo o relatório. Acho que nem precisa ler. Já está com tudo na cabeça. S.Exa. já leu tudo.

O SR. RONALDO CAIADO - Por favor, Sr. Presidente, isso é um direito que nos é garantido. Realmente, o que vale é a leitura do nobre Relator, e não o papel que é distribuído. Vale o que o Relator está lendo, não o que está sendo distribuído. Por isso, gostaria que S.Exa., por favor, reparasse a tabela que não foi lida e continuasse a leitura depois.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO - Perdão, Deputado Ronaldo Caiado. V.Exa. será atendido na íntegra.

Presidência da República.

Anexo I (suplementação)

Secretaria Especial de Portos: R\$14.000.000,00 de aplicação de recursos.

Anexo II (cancelamento): R\$38.000.000,00.

Secretaria Especial de Portos: R\$38.000.000,00.

Anexo III (suplementação): R\$14.000.000,00

Companhia Docas do Espírito Santo — CODESA: R\$5.000.000,00.

Companhia Docas do Pará — CDP: R\$9.000.000,00.

Ministério de Minas e Energia.



Anexo I (suplementação): R\$826.000,00.

Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais — CPRM: R\$826.000,00.

Anexo II (cancelamento): R\$826.000,00

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM: R\$826.000,00.

Ministério da Saúde.

Anexo I (suplementação): R\$158.226.016,00.

Fundação Nacional de Saúde: R\$158.226.016,00.

Anexo II (cancelamento): R\$158.226.016,00.

Fundação Nacional de Saúde: R\$158.226.016,00.

Ministério dos Transportes.

Anexo I (suplementação): R\$307.673.343,00.

VALEC — Engenharia, Construções e Ferrovias S/A: R\$161.495.555,00.

Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes — DNIT:
R\$146.177.788,00.

Anexo II (cancelamento): R\$277. 277.924,00.

Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes — DNIT: R\$277.
277.924,00.

Ministério da Integração Nacional.

Anexo I (suplementação): R\$99.916.860,00.

Ministério da Integração Nacional (administração direta): R\$73.000.000,00.

CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
e Parnaíba: R\$24.752.442,00.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS:
R\$2.164.418,00.



Anexo II (cancelamento): R\$74.686.714,00.

Ministério da Integração Nacional (administração direta): R\$21.797.725,00

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
— CODEVASF: R\$50.724.571,00.

Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS:
R\$2.164.418,00.

Ministério das Cidades.

Anexo I (suplementação): R\$656.091.280,00.

Ministério das Cidades (administração direta): R\$636.204.048,00.

Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU: R\$8.400.000,00.

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social — FNHIS:
R\$11.487.232,00.

Anexo II (cancelamento): R\$45.870.508,00.

Ministério das Cidades (administração direta): R\$37.470.508,00.

Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU: R\$8.400.000,00.

Operações Oficiais de Crédito.

Anexo II (cancelamento): R\$150.000.000,00.

Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Habitação de Interesse
Social — FNHIS: R\$150.000.000,00.

Anexo I - Total: R\$1.236.733.499,00

Anexo II - Total: R\$744.887.162,00.

Anexo III - Total: R\$14.000.000,00.

Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2006:
R\$491.846.337,00.



Recursos Ordinários: R\$485.450.918,00.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — Combustíveis:
R\$6.395.419,00.

Repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais: R\$14.000.000,00.

Total geral de aplicação de recursos de origem: R\$1.250.733.499,00.

Os recursos necessários à abertura do crédito extraordinário em análise decorreram de:

I - Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$491.846.337,00, sendo:

a) R\$485.450.918,00 de Recursos Ordinários;

b) R\$6.395.419,00 de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — Combustíveis;

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$744.887.162,00, conforme indicado no Anexo II da medida provisória;

III - repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$14.000.000,00.

A Exposição de Motivos nº 356/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentou um resumo da programação constante do crédito extraordinário, assim como as razões de relevância e urgência que teriam motivado e justificado a edição da Medida Provisória nº 406/2007.

Segundo a exposição de motivos, no âmbito da Presidência da República, a relevância e urgência da medida justificam-se pela necessidade de atuação imediata e incisiva do Governo Federal, mediante a elevação de investimentos em infra-



estrutura naqueles portos, em face do risco de descontinuidade de projetos a cargo das referidas Companhias Docas, destinados à melhoria das instalações portuárias, com vistas ao aumento de sua eficiência, redução em seus custos operacionais, com reflexo positivo nas exportações brasileiras, diminuindo as restrições ao crescimento econômico e seus conseqüentes impactos negativos sobre os níveis de emprego e renda.

A relevância e urgência, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, justifica-se pela necessidade de atrair investimentos para o País, sob o risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores, haja vista que os levantamentos geofísicos constituem uma cadeia produtiva que vai desde os levantamentos geológicos até a exploração de uma jazida mineral, além da necessidade de aproveitar a janela climática, dado que o iminente período de chuvas inviabilizará os levantamentos aéreos.

No tocante ao Ministério da Saúde, a relevância e urgência decorrem da necessidade de reduzir o grau de vulnerabilidade a doenças entre a população de baixa renda residente em áreas carentes de zonas rurais e de cidades de pequeno porte, devido a precárias condições sanitárias e ambientais. Essa situação vem gerando, de forma persistente, grande quantidade de perdas humanas em conseqüência da proliferação e disseminação de doenças infecto-contagiosas, tais como cólera, tifo, esquistossomose, malária, doença de Chagas, entre outras, cujos efeitos mais devastadores em termos de morbimortalidade atingem principalmente crianças menores de 1 ano de idade.

Em relação ao Ministério dos Transportes, ainda consoante a Exposição de Motivos nº 356/2007, a relevância e a urgência se justificam pela necessidade de:



a) impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte—Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas, além do prejuízo ao Erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e com o processo de subconcessão;

b) coibir a descontinuidade nos serviços de manutenção na malha rodoviária federal, que poderá acarretar atrasos nos respectivos cronogramas físico-financeiros, revisões de serviços já realizados e transtornos aos usuários das rodovias, deterioração das rodovias federais e prejuízos ao escoamento da safra agrícola;

c) aumentar a segurança dos usuários, com a redução de acidentes causados pelo mau estado de conservação das rodovias;

d) restabelecer a trafegabilidade das estradas, com vistas a evitar grandes prejuízos para a economia do País; e

e) evitar a paralisação do processo de desapropriação das áreas afetadas pela Ferrovia Transnordestina.

Quanto ao Ministério da Integração Nacional, a relevância e a urgência justificam-se pela premente necessidade de ampliação da oferta hídrica, de forma ambientalmente sustentável, visando minimizar o sofrimento de enorme parcela da população brasileira alijada do acesso à água; e de conclusão de importantes projetos governamentais, de forma a evitar sérios prejuízos ao Erário, decorrentes do custo de manutenção dessas obras, e que os investimentos feitos até o momento sejam inócuos, sob pena de estagnação da economia local, afetando, principalmente, a população residente na região do Nordeste Setentrional.



A relevância e a urgência desta proposição, no âmbito do Ministério das Cidades, justificam-se pela necessidade de:

a) reduzir a vulnerabilidade em que se encontram famílias, em especial de baixa renda, devido à carência de infra-estrutura urbana, a padrões de ocupação inadequados e à fragilidade das edificações, que potencializam a frequência de ocorrência de desastres naturais com elevadas perdas humanas e materiais; além de viabilizar o acesso a habitação digna para famílias de baixo poder aquisitivo, por meio de apoio do Poder Público para construção de moradias destinadas a esse segmento da população;

b) assegurar os direitos humanos fundamentais de acesso aos serviços de saneamento básico e à vida, em ambiente salubre nas cidades e no campo, mediante a universalização dos serviços de esgotamento sanitário, coleta e tratamento dos resíduos sólidos e controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, reduzindo a situação de perigo em que vivem milhares de famílias que, por não terem outra opção, encontram-se em condições precárias devido à exposição de doenças infecto-contagiosas e parasitárias;

c) minimizar o risco de paralisação das obras de implantação do sistema ferroviário urbano e paisagístico de Recife, o que acarretaria custos adicionais significativos aos projetos, prejuízos à população beneficiária, além do cumprimento do processo de descentralização da gestão dos referidos sistemas aos governos locais; e

d) alavancar recursos do FAR para viabilizar novas contratações do Programa de Arrendamento Residencial — PAR, a fim de evitar a descontinuidade de relevante programa habitacional do Governo Federal no enfrentamento do déficit



habitacional das famílias brasileiras de baixa renda. Destaca-se, ainda, a existência de volume considerável de projetos em análise na Caixa Econômica Federal, totalizando R\$1,3 bilhão.

A Exposição de Motivos nº 356/2007 destaca, ainda, que a maior parte das programações constantes na MP nº 406/0207 integra o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC e que aquelas com Identificador de Resultado Primário “3” referem-se a iniciativas que possuem efeitos multiplicadores na economia, o que permitiria taxas de retorno amplamente positivas para o País, e que seriam, portanto, consideradas adequadas aos parâmetros exigidos para a inclusão no âmbito do Projeto Piloto de Investimentos Públicos — PPI.

Por fim, esclarece a Exposição de Motivos que o crédito em questão envolve, concomitantemente, troca de fontes de recursos, tendo em vista a possibilidade de maximização da aplicação de recursos oriundos de superávit financeiro de recursos vinculados e a impossibilidade de utilização de parte dos recursos cancelados em virtude de sua vinculação.

Foram apresentadas 2 emendas à medida provisória em exame no prazo regimental.

É o relatório.

II - Voto do Relator.

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais — inclusive sobre os



pressupostos de relevância e urgência; de adequação financeira e orçamentária; de mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Dos Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência.

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, *“em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”*. O art. 167, § 3º, prevê que *“a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62”*.

Pelas razões apresentadas na Exposição de Motivos nº 356/2007-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, posicionamo-nos por considerar atendidos os pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância, urgência e imprevisibilidade, prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

Da Adequação Financeira e Orçamentária.

Quanto à adequação financeira e orçamentária, não foram encontrados elementos que apontassem inadequação da medida provisória com respeito aos dispositivos constitucionais e aos preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 — LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29/12/2006).

Por fim, identificou-se um pequeno erro técnico na classificação funcional-programática da seguinte ação: “26.846.0909.116D.0101 — Participação



da União no Capital — Companhia Docas do Pará — Construção do Píer 400 no Porto de Vila do Conde (PA)”. De conformidade com o Manual Técnico de Orçamento, publicado pela Secretaria de Orçamento Federal — SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o código de ação “116D”, por ter como primeiro dígito um número ímpar, deveria corresponder a um "projeto", e não a uma "operação especial". Ao mesmo tempo, as participações acionárias, tais como a da ação em comento, devem ser classificadas como “operação especial”, com código encabeçado pelo dígito zero.

Em princípio, tal equívoco deveria ser corrigido ainda durante a apreciação do crédito orçamentário no Congresso Nacional, a partir de manifestação da SOF acerca do código de ação correto a ser utilizado em substituição ao outro. Instados a fazê-lo, técnicos daquela Secretaria informaram ser impossível, a esta altura, a correção do código da ação no SIAFI, haja vista já ter sido liquidada toda a sua dotação, utilizando-se a funcional-programática original, constante da medida provisória. Por conseguinte, resolvemos não efetivar nenhuma alteração no código supracitado, por considerar o erro detectado suficientemente inócuo, e sua tentativa de correção, qualquer que esta fosse, improfícua e intempestiva.

Do Mérito.

O crédito em favor da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República permitirá a transferência de recursos para as Companhias Docas do Espírito Santo -- CODESA e do Pará -- CDP, a título de participação da União no capital dessas empresas, com vistas a possibilitar a realização de obras de contenção do cais do Porto de Vitória, de forma a evitar o deslizamento de material fino do enrocamento e abertura de cratera no pavimento dos Berços 101 e 102; e a



construção de rampa fluvial *Roll-on Roll-Off*, de plataforma de acesso e do Píer 400, no Porto de Vila do Conde.

No Ministério de Minas e Energia, o crédito possibilitará a realização de levantamento geofísicos aéreos e terrestres, que propiciarão melhores conhecimentos das áreas geológicas a serem analisadas, com vistas a atrair investimentos nacionais e estrangeiros em caráter emergencial.

Em relação ao Ministério da Saúde, o crédito possibilitará a execução de ações urgentes de saneamento básico para viabilizar a implementação e melhoria de sistema de esgotamento sanitário, de drenagem e manejo ambiental e das condições habitacionais, imprescindíveis à redução de doenças e de agravos à saúde, bem o como ao crescimento econômico das áreas beneficiárias, em municípios com população de até 50 mil habitantes que apresentam elevados riscos à saúde, devido a fatores sanitários e ambientais, em áreas rurais e especiais como quilombos, assentamentos, reservas extrativistas e localidades e com altos índices de incidência de malária e doença de chagas.

No tocante ao Ministério dos Transportes, a proposição permitirá atender despesas com investimentos nos setores ferroviário e rodoviário, a seguir relacionadas:

a) construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte—Sul, sob responsabilidade da VALEC — Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., cujo investimento implicará impactos positivos sobre a economia nacional e regional, tais como geração de divisas, criação de empregos diretos e indiretos, aumento da competitividade e atração de investimentos estrangeiro e nacional; e



b) no âmbito do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT, a execução de obras em diversos trechos de rodovias federais, possibilitando a manutenção da malha rodoviária federal e a recuperação, adequação e construção de importantes trechos rodoviários, imprescindíveis à infra-estrutura de transportes do País, além da desapropriação de área para a construção da Ferrovia Transnordestina.

No que tange ao Ministério da Integração Nacional, os recursos permitirão:

a) a ampliação das áreas de agricultura irrigada, transformando grandes áreas que atualmente estão ociosas por indisponibilidade de recursos hídricos, não sazonais, em áreas de produção agrícola economicamente viáveis, por meio da implantação de diversos perímetros de irrigação, nos Estados do Tocantins, da Bahia e do Ceará, e da complementação da transferência de gestão para a iniciativa privada da primeira etapa do perímetro de irrigação de Baixo Acaraú, no Estado do Ceará, que se mostra economicamente sustentável; e

b) a revitalização da bacia do Rio São Francisco, por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades ribeirinhas localizadas ao longo do rio, a fim de dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado.

O crédito ao Ministério das Cidades possibilitará atender despesas nos setores de habitação, de saneamento, de transporte ferroviário urbano de passageiro e de transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

No que se refere à habitação, os recursos têm por finalidade minimizar diversos fatores que acometem populações residentes em assentamentos precários, tais como vulnerabilidade do terreno de infra-estrutura urbana, padrões de ocupação



inadequados, elevada densidade demográfica e fragilidade das edificações, que potencializam tanto a freqüência de ocorrências de desastres naturais quanto a sua magnitude, com elevadas perdas humanas, materiais e impactos na saúde.

As ações a serem viabilizadas no setor de saneamento, pelo Ministério das Cidades, complementarmente à atuação do Ministério da Saúde, reduzirão deficiências do grau de cobertura e da qualidade dos serviços de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos prestados à população. Tais carências concentram-se em Municípios menores de regiões mais pobres, em municípios das Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco e em áreas metropolitanas, atingindo de forma mais intensa os estratos populacionais economicamente menos favorecidos.

Nos sistemas de trens urbanos de Recife, no trecho rodoviária—Recife—Cabo, serão viabilizadas a implantação e a melhoria de vias permanentes, a construção de estações e terminais de integração, a conclusão de obras de arte especiais, a aquisição de Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs, a revisão geral e climatização de Trens Unidades Elétricos — TUEs, além da modernização do sistema de bilhetagem automática.

Pelas razões expostas, quanto ao mérito da proposição em exame, este Relator posiciona-se favorável à sua aprovação.

Do cumprimento da Resolução nº 1, de 2002-CN (§ 1º do art. 2º).

A Exposição de Motivos nº 356/2007-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, acerca da obrigatoriedade do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.



Das Emendas.

Com o fito de evitar a descaracterização da iniciativa original da medida provisória, somos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, que propõem a supressão de ações objeto de suplementação no crédito extraordinário.

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência das despesas constantes da MP nº 406, de 2007; pela sua adequação financeira e orçamentária; pelo seu atendimento ao § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN; e, no mérito, pela sua aprovação, na forma editada pelo Poder Executivo.

É o relatório. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - Obrigado, nobre Deputado Fernando Coelho Filho.



Durante o discurso do Sr. Fernando Coelho Filho, o Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Vicentinho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. MAURO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO LOPES (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido nas votações anteriores.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no primeiro encaminhamento que fiz, realmente solicitei à Liderança do partido do nobre Parlamentar que realmente não o expusesse neste momento, já que um projeto de lei de conversão sempre é uma matéria muito bem debatida, busca dados, articula um texto final para poder ter um ponto de consenso. Mas entendi porque a Liderança do Governo e do partido fizeram questão de que a leitura fosse agora, às 23h56min. É porque ela é exatamente, *ipsis litteris*, aquilo que veio redigido pelo Ministério da Fazenda. É exatamente o texto, simplesmente foi reeditado na íntegra, sem nenhuma alteração. Então, acredito que realmente precisava ser lido a essa hora mesmo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Caiado é insistente e renitente na obstrução.

Deputado Caiado, certamente o Presidente vai encerrar agora. V.Exa. é um experto em regimento e sabe que vamos encerrar agora. Mas eu podia solicitar — não vou fazê-lo, porque eu não quero complicar — que iniciássemos a discussão sem oradores, ou com poucos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - A rigor, a sessão...

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos requerimentos que nos protegem. Esteja à vontade, portanto, Deputado José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - Srs. Deputados, não podemos fazer a discussão dessa forma.



A rigor, a sessão continuaria até 0h05min. Existe requerimento sobre a mesa, mas tenho certeza de que os senhores têm que ir jantar.

Assumi a Presidência neste momento e aproveito para agradecer ao nobre Presidente Arlindo Chinaglia.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, quinta-feira, dia 27, às 9h, haverá sessão do Congresso Nacional, destinada à apreciação de vetos presidenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - Encerro a sessão, designando para amanhã, quinta-feira, dia 27, às 14h, a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 050.2.53.O
Data: 26/03/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 59 minutos.)